



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS**

**VIVÊNCIAS DE CASAS HOMOPARENTAIS:**

Percepções e desafios no processo educacional escolar. “Mas era tudo velado”.

**JONAS DA FONSECA SANTOS**

**João Pessoa**  
**Fevereiro, 2023**

JONAS DA FONSECA SANTOS

**VIVÊNCIAS DE CASAS HOMOPARENTAIS:**

Percepções e desafios no processo educacional escolar. “Mas era tudo velado”.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

**João Pessoa**  
**Fevereiro, 2023**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ATA Nº 5/2023 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 23 de Fevereiro de 2023

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA AVALIAR O  
ALUNO JONAS DA FONSECA SANTOS

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2023, às 14 horas, por videoconferência realizou-se a sessão pública de defesa de Dissertação, intitulada: "**VIVÊNCIAS DE CASAS HOMOPARENTAIS: Percepções e desafios no processo educacional escolar. 'Mas era tudo velado'.**" apresentada pelo discente **Jonas da Fonseca Santos**, estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: Adriano Azevedo Gomes de Léon (Orientador), Charliton José dos Santos Machado (PPGS/UFPB), Monica Lourdes Franch Gutierrez (PPGS/UFPB), Edson Peixoto de Vasconcelos Neto(UST/UFRPE). Dando início aos trabalhos, o professor Adriano Azevedo Gomes de Léon, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra ao defendente para expor uma síntese de sua Dissertação que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o conceito de APROVADA. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo Diploma de **MESTRE EM SOCIOLOGIA**.

OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes de Léon (PPGS/UFPB)

Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado (PPGS/UFPB)

Profa. Dra. Mónica Lourdes Franch Gutierrez (PPGS/UFPB)

Prof. Dr. Edson Peixoto de Vasconcelos Neto(UST/UFRPE)

Jonas da Fonseca Santos (Defendente)

*(Assinado digitalmente em 23/02/2023 09:16)*  
ADRIANO AZEVEDO GOMES DE LEON  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1287701

*(Assinado digitalmente em 23/02/2023 14:51)*  
CHARLITON JOSE DOS SANTOS MACHADO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1220709

*(Assinado digitalmente em 23/02/2023 20:55)*  
MONICA LOURDES FRANCH GUTIERREZ  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1487317

Processo Associado: 23074.015410/2023-24

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 5, ano: 2023, documento (espécie): ATA, data de emissão: 23/02/2023 e o código de verificação: 40228bd394

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237v Santos, Jonas da Fonseca.

Vivências de casais homoparentais : percepções e desafios no processo educacional escolar. "Mas era tudo velado" / Jonas da Fonseca Santos. - João Pessoa, 2023.  
81 f.

Orientação: Adriano Azevedo Gomes de Léon.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Adoção. 2. Família homoparental. 3. Socialização.  
I. Léon, Adriano Azevedo Gomes de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.812.4:364-782.44

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a todo o sagrado que nos momentos de angustia sempre foi meu refúgio. Participar de um processo de seleção para o mestrado era um sonho muito distante de alcançar, mas a vida tem dessas coisas. Ela nos leva a caminhos que não podemos imaginar. Uma certeza eu sei: o amanhã não nos pertence. Em minha caminhada tive a sorte, ou destino, de encontrar pessoas dispostas a me acolher e orientar.

Foi numa conversa paralela com meu amigo Prof. Dr. Adriano, residente no estado de Goiás, que me despertou o desejo de pesquisar nessa abordagem. Sua paixão ao falar sobre a sociologia me encorajou a iniciar todo esse processo. Deu-me muitas dicas e sanou muitas dúvidas que eu tinha nesse novo campo. Sou muito grato por aquele momento que no sofá da sala você me falava com tanta paixão pela sociologia.

À mestra em sociologia Maysa, que me acolheu com muita paciência. Você sempre esteve disposta a sanar todas as minhas dúvidas quanto às leituras e teorias na qual me aproximava. No começo não foi nada fácil, pois vir de outra área é se despir de algumas teorias parecia uma abstinência, mas só quem ganhou fui eu. Casei uma teoria com a outra, e foi o casamento perfeito. Muita gratidão por toda paciência para comigo.

Minha amiga Thalia, só agradecer por cada leitura e por me emprestar seus ouvidos nos momentos em que eu achei que não era possível, você me deu todo apoio e me fez acreditar que tudo que novo causa medo, mas isso faz parte do nosso aprendizado.

Minha família, meu companheiro Galdino, que me possibilitou ter esse tempo para me dedicar aos estudos, que compartilhou comigo cada desespero, cada estresse quando achei que não mais conseguiria dar continuidade. Também quero agradecer a Kelly, que sempre me auxiliou nas leituras e trabalhos acadêmicos.

Ariana, minha amiga de graduação, que sempre a tive como referência de uma mulher emponderada, inteligente, resiliente, competente, e uma grande amiga de verdade. Meu muito obrigado por todo seu incentivo, por estar sempre comigo em todos os momentos da minha vida desde o momento que te encontrei, te amo muito.

Paula Truci, nos conhecemos há mais de 20 anos. Você e sua família, tia Mônica, tio Verinho, conhecem bem toda minha história de vida. Vocês sempre me

encorajaram, nunca largaram da minha mão, pois não é fácil sair do nordeste para lutar e vencer na vida dentro de uma grande capital como o Rio de Janeiro. Te amo, conte sempre comigo.

Meu agradecimento em especial para minha amiga D'Angelles, amiga de turma. Você merece o maior prêmio do mundo, que sorte foi a minha em Deus ter me dado você de presente. Nunca hesitou em conversar comigo, seja por dúvidas acadêmicas ou por desabafos pessoais. Desejo muito vê-la por ai multiplicando seu conhecimento, paciência e sabedoria, pois você nasceu para ser docente. Sorte grande de que te encontrar pelo caminho, és uma menina de ouro. Não tenho como te agradecer por tudo que fizesse por mim até aqui, parte do meu título também é seu.

Ao professor Henri que segurou na minha mão e mostrou-me o caminho. Mônica Franch, minha coorientadora, aquela que todo mundo quer pegar nos braços e levar pra casa, minha gratidão por todo apoio, o mundo acadêmico precisa de mais mônicas.

Por fim, mas não menos importante, deixo meu agradecimento a meu grande mestre e doutor Adriano de León. Você significa tanta coisa para mim, tantos adjetivos bons que posso atribuir a tua pessoa. Você foi muito mais que um orientador, se tornou meu amigo. É sempre confortante poder te ouvir, e cada encontro, papo, é um grande aprendizado. Meus sinceros agradecimentos por tudo que fizesse. Você foi um grande presente para mim.

Gostaria de dizer a todos: nunca desistam dos seus sonhos, por mais doloroso que seja a caminhada só entenderemos todo esse processo lá frente, garanto que é muito prazeroso.

## RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de identificar as barreiras enfrentadas pelas famílias homoparentais na inserção social de seus filhos em escolas privadas de João Pessoa, e em que medida uma proposta educacional que abarque a diversidade poderá transformar esse grupo e possíveis relações sociais, através das relações interfamiliares em conjunto com as instituições educacionais. A sociedade, dentro de sua estrutura patriarcal, conservadora e com discursos estruturantes potencialmente discriminatórios, não contribui para o desenvolvimento de uma construção harmônica, afetando diretamente as famílias homoparentais. Por consequência, retorna para a sociedade membros enraizados numa cultura ou modelo de família tradicional, o que não agrega em uma mudança profunda num sentido positivo. Tendo isso em mente, foi realizado um trabalho de campo com entrevistas de famílias homoafetivas, cujas falas abarcavam suas vivências e percepções das sociabilidades. Esta pesquisa tem cunho qualitativo e alicerçou-se na literatura de Michel Foucault, com referenciais bibliográficos pós-estruturalistas que também serviram como base para a análise das entrevistas. No geral, as entrevistas indicaram vivências de preconceito e exclusão associadas a aspectos intra e extra-escolares, no entanto, também ilustram estratégias individuais e coletivas de resistência.

Palavras-chave: Adoção. Família Homoparental. Socialização.

## ABSTRACT

This research was developed aiming to identifying the barriers faced by homoparental families in the social insertion of their children in private schools in João Pessoa, and to what extent an educational proposal that encompasses diversity can transform this group and possible social relationships, through the interfamily relationships in conjunction with educational institutions. Society, within its patriarchal, conservative structure and with potentially discriminatory structuring discourses, does not contribute to the development of a harmonious construction, directly affecting homoparental families. Consequently, members rooted in a culture or traditional family model return to society, which does not add up to a profound change in a positive sense. Bearing this in mind, fieldwork was carried out with interviews with homoaffective families, whose statements covered their experiences and perceptions of sociability. This research has a qualitative nature and was based on Michel Foucault's literature, with post-structuralist bibliographical references that also served as a basis for the analysis of the interviews. In general, the interviews indicated experiences of prejudice and exclusion associated with intra and extra-school aspects, however, they also illustrate individual and collective strategies of resistance.

Key-Words: Adoption. Homoparental Family. socialization.

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Informações gerais acerca dos participantes da pesquisa .....	54
--	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1. FAMÍLIA, INFÂNCIA E A ESCOLA.....	15
1.1 SOCIALIZAÇÃO ESCOLAR E O DIÁLOGO SOBRE A DIVERSIDADE .....	26
2. FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS E O DISPOSITIVO DE CONTROLE: ENTRE PODER E RESISTÊNCIA.....	37
2.1 Um pouco sobre o poder em Foucault e sua relação com a sexualidade .....	38
2.2 Conflitos em torno do direito de existir na sociedade .....	40
2.3 Famílias homoparentais e o controle do poder pastoral.....	46
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E CAMINHOS DA PESQUISA .....	52
4. AS FALAS E OS DESEJOS .....	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS .....	72
ANEXOS.....	78

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a estrutura que nós seres humanos chamamos de família vem se reconfigurando, buscando acompanhar as transformações sociais e culturais ocorridas. A partir da modernidade observamos, em nossa sociedade, o surgimento gradual e contínuo de diversas formas de configurações familiares, dentre elas as famílias homoafetivas, formadas por casais constituídos por pessoas do mesmo gênero. Contudo, apesar dessa lenta evolução em que a família começa a perder o sentido patrimonial e patriarcal, começando a constituir-se por bases fundadas em desejos e sentimentos, ainda podemos observar que, para muitos, o modelo utilizado como figura familiar não abarca a diversidade, ficando preso no binarismo homem e mulher, excluindo e perseguindo o diferente através de discursos e práticas sociais, culturais e políticas.<sup>1</sup>

Dentre os diversos espaços da sociedade cabe destacar o da escola, que cumpre a uma função de preparar os indivíduos para a vida em sociedade, para aprender sobre o mundo e sobre as coisas. No entanto, se existem famílias excluídas na sociedade, como se dá a inserção destas dentro da escola? Por exemplo, podemos nos perguntar: como são ilustrados os diversos tipos de famílias nos livros didáticos escolares? Quais famílias possuem o direito de serem ilustradas nesses livros, e quais terminam por ser invisibilizadas?

Fica perceptível que, para as famílias que não fazem parte desse modelo, a inserção dos seus filhos e filhas na escola pode ser algo extremamente difícil se levado em conta todos os códigos sociais que organizam a escola a partir de um modelo hegemônico de família. E isso pode interferir significativamente na socialização dos filhos das famílias que não se encaixam nos padrões hegemônicos. A socialização é entendida aqui como processo pelo qual alguém se torna parte de uma sociedade ou de uma comunidade social.

Portanto, temos o objetivo de investigar de que forma as famílias homoparentais são afetadas nas vivências e socialização escolar dos seus filhos. Adicionalmente, de forma específica pretendemos identificar as relações existentes

---

<sup>1</sup> "A Constituição Federal ampliou o conceito de família, que passou a ser concebida sob outras modalidades. Desse modo, o diploma pátrio legal considera a relação entre indivíduos do mesmo sexo como família homoafetiva. Portanto, esse tipo de união passou a gozar de amparo e proteção jurídica do Estado.". santos advogados associados <<https://bitly.com/u4JpQL>> acesso em: 09/11/2021

entre o pensamento religioso dominante e o conceito de família que deriva a partir desse pensamento, e também buscaremos investigar a interação das famílias homoafetivas e a sua percepção sobre o processo educacional e de socialização de seus filhos inseridos em escolas do ensino fundamental no município de João Pessoa.

A partir das minhas vivências como membro de uma família homoparental com filho em idade escolar, atualmente com oito anos de idade, passei a refletir e questionar a respeito do tema, o que me levou ao início da elaboração desta pesquisa acadêmica. Em minha trajetória de vida enfrentei diversas contendas, preconceitos e invisibilidades até me aceitar enquanto homem gay. Constituir uma família e ser pai parecia ser uma tarefa que me faria refletir sobre possíveis enfrentamentos, sendo o mais significativo o enfrentamento social frente aos estigmas e preconceito a cerca da nossa sociedade conservadora e com raízes cristãs.

A formação de minha família ocorreu no Rio de Janeiro. Nesse período meu filho estudava numa escola progressista, com o corpo pedagógico e docente consciente e preocupado com o bem-estar das crianças e das famílias. Não só nos aspectos relacionados ao aprendizado, mas também as sociabilidades e formação psicológica. A escola se preocupava muito com questões de inserção, combatendo a possíveis intimidações sistemáticas e discursos que potencializassem a exclusão, realizando ações que permitissem às crianças um aprendizado inclusivo, capazes de formar indivíduos críticos e com competências sociais saudáveis. Isto incluía aspectos acerca das diversas configurações familiares, como as homoafetivas.

Contudo, questões pessoais nos trouxeram para João Pessoa, e junto com esse deslocamento veio a preocupação com a inserção e adaptação aos novos grupos sociais, dentre eles os pertencentes ao nosso filho. Minhas experiências de vida mostravam que existiria um enfrentamento para nós pais por sermos homoafetivos, candomelecistas, e por meu esposo e filho serem negros. Decidimos, na tentativa de minorar estas barreiras sociais, por matricular nosso filho em uma escola de ensino bilíngue, sem seguimento religioso, com sua matriz no Rio de Janeiro, partindo do pressuposto de que a unidade de João Pessoa teria uma didática e filosofia institucionais unificadas à matriz, portanto não enfrentaríamos tantas barreiras sociais, ainda que veladas. Mas, não foi o que ocorreu. Com o ingresso do nosso filho na escola observei o calendário de datas comemorativas e

identifiquei um foco total nas comemorações atreladas aos santos católicos, bem como outras comemorações facilmente observadas na sociedade com padrão nas “famílias tradicionais”. É facilmente identificada nos livros didáticos do meu filho a ideia da família tradicional, ilustrado por pessoas brancas e heterossexuais. Recentemente observei uma atividade da escola na qual da fidedignidade ao meu relato, conforme trago a ilustração do livro através de imagens (Anexo a). Trarei, na segunda metade do capítulo 1, um diálogo com autores que nos nortearão sobre as dinâmicas operantes dentro dos contextos escolares, notadamente sobre a escola como um lugar de disputa. Por hora, gostaria de deixar algumas perguntas para reflexão: Existe escola neutra? Sob qual medida se advoga uma escola neutra? Tal escola encontra correspondência no mundo concreto, ou sua existência é muito mais o reflexo do desejo de alguns?

No município de João Pessoa, a convivência social permite uma primeira e superficial observação de que grande parcela da sociedade tem como premissa valores conservadores arraigados, fundados em ideologias religiosas, de tradição e conservação de um modelo social patriarcal e exploratório. Esses valores se retroalimentam de discursos discriminatórios e dominantes, repetidos através de gerações e impostos na nossa educação desde o nascimento, limitando sobremaneira nossa capacidade de reação crítica e construção social saudável. Obviamente também se notam resistências, conflitos, na medida em que visões de mundo conservadoras se encontram com modelos familiares homoparentais.

Partindo desta narrativa é possível observar, pelo comparativo entre as regiões do Rio de Janeiro e João Pessoa, como crenças religiosas, conservadorismo e aceitação da diversidade podem variar de acordo com a territorialidade e a formação dos grupos sociais. De acordo com último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), cerca de 86,80% da população brasileira é de religião e doutrina cristã.

Como resultado, temos uma sociedade com estrutura patriarcal, conservadora e com discursos potencialmente discriminatórios. Isso não contribui para o desenvolvimento de uma construção harmônica, pois afeta diretamente as famílias homoafetivas e, por consequência, retorna para a sociedade membros enraizados numa cultura ou modelo de família tradicional. Assim, estudaremos um conjunto de fatores que poderão ser vetores do que compreendemos ser barreiras para

sociabilidades inclusivas, também sobre a forma como essas famílias são afetadas e como enfrentam esse discurso fundante de discriminações.

Para entender o fenômeno aqui descrito iremos trazer a perspectiva de pensamento de Michel Foucault, a qual nos dará base para entendermos como e de que forma emergem as configurações sociais que se traduzem em cenários de exclusão. Foucault vai nos dizer, por exemplo, que os discursos estão em todos os lugares, circulando também dentro das instituições sociais como a escola. Sendo assim, entendemos que o discurso constrói sujeitos e configura práticas. Se no conteúdo de um discurso que circula na sociedade existe a ideia de que casais homoafetivos são um pecado, então esse discurso carrega uma ideia de certo e errado, um “pode” e um “não pode”. Isso significa que é possível que um discurso se manifeste como a expressão de uma vontade de regular, controlar, cercear o comportamento do outro.

Em outras palavras, discursos são elementos que podem configurar relações de poder. No campo da sexualidade essas configurações também estão presentes, exemplo disto são as igrejas cristãs que ditam o que é certo ou errado, de que modo devemos exercer e praticar nossos desejos sexuais. Por tanto, fica evidente que as ideias de Foucault nos servem para entender o fenômeno que pretendemos estudar, a saber, à inserção dos filhos de famílias homoparentais nas escolas. Em primeiro lugar vamos utilizar as ideias deste autor para refletir sobre a instituição social família e sua história na sociedade ocidental, fazendo um comparativo com outras realidades e vivências sociais. Em segundo lugar, pretendemos refletir sobre a relação de famílias homoparentais e a instituição escola.

Encerrada a introdução, podemos passar para a descrição do conteúdo que virá em seguida. No primeiro capítulo falaremos sobre elementos históricos acerca da infância, família e escola nas sociedades ocidentais europeias, e sobre como a discussão a respeito da diversidade adentra os espaços escolares hoje em dia. No capítulo seguinte discutiremos aspectos gerais acerca do poder em Foucault e sua relação com a sexualidade, bem como alguns dos aspectos históricos ligados à inserção social de pessoas LGBTQIAPN+ no geral, e sobre as famílias homoafetivas em particular. Em seguida serão abordados, no capítulo três, os aspectos relacionados à direção metodológica assumida neste trabalho. Adiante, já no capítulo quatro, abordaremos as entrevistas dos participantes numa seção intitulada

“As falas e os desejos”. Dando sequência, o trabalho apresenta algumas considerações finais, e logo após as referências utilizadas e os anexos.

## 1. FAMÍLIA, INFÂNCIA E A ESCOLA

Coloquei-me a escrever este capítulo tomando como base a sociedade Francesa da idade média, tendo como referencial Philippe Ariès. Em sua obra, *História Social da Criança e da Família*, o autor remonta a história por método de iconografias<sup>2</sup> e diários que pertenciam às pessoas daquela época. A coleta de dados de sua pesquisa foi a partir do século XII.

É de se destacar que essa história é narrada do ponto de vista das sociedades ocidentais, contudo ela tem impacto na sociedade brasileira de hoje. Dito isso, não desconsidero outras civilizações que também existiam na época, as quais certamente diferiam na forma como as crianças eram educadas. Nessas outras civilizações existiam seus próprios ritos de passagens da fase infantil para a fase adulta, portanto a forma de socialização não tinha similaridade no modo civilizatório e social que adotado na França naquele momento. A escolha pela perspectiva europeia se dá justamente pelas relações próximas com a nossa cultura atual, muito embora é inegável que também existam diversas relações históricas entre o Brasil e os povos tidos como “outros”.

Na idade média as crianças não eram vistas da mesma forma que hoje, como indivíduos dotados de uma identidade que os classificaria como “crianças”. A categoria criança acaba por ser um atributo histórico justamente pelo fato de que ela tem um início, e não importa saber exatamente quando ocorreu. Se a identidade criança surge num dado ponto da história, então o que se percebe é que, ao contrário do imaginário social, no qual se cultiva a ilusão de que a identidade remete a algo fixo, estável, inclusive associado a um documento físico, identidades se caracterizam pela sua mutabilidade e inconstância. Nas palavras de Silva (1999, p. 96-97):

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja ela da natureza, seja da cultura. [...] A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção,

---

<sup>2</sup> Estudo descritivo da representação visual de símbolos e imagens, sem levar em conta o valor estético que possam ter.

uma relação, um ato formativo. [...] A identidade está ligada a sistemas de representações. A identidade tem estreita conexão com relações de poder.

A ligação entre identidade e poder é importante e ela será mais bem explorada neste trabalho. Por hora basta destacar os trabalhos de Foucault (1978, 2014, 2017) a respeito da história da loucura ou da sexualidade, nos quais ele aponta para a criação de identidades enquanto expressões de um desejo de controle.

Por outro lado, a identidade também confere aos sujeitos espaço dentro das coletividades. Na sociedade contemporânea a criança se legitima através dos direitos jurídicos, o qual é reflexo da mudança na forma de se enxergar o sujeito “criança”. É pela criação da identidade e pelo olhar diferenciado das diversas ciências humanas e sociais que se imprime a necessidade de se tratar esses sujeitos de forma diferenciada.

No Brasil, leis regulam os direitos no que se refere o bem estar e a educação, e também as preserva de qualquer prática que possa marcar sua dignidade. Destaco que tais conquistas são recentes de acordo com a Constituição Federal de 1988, cujo art. 227 do Capítulo VII evidencia os deveres da família, sociedade e do Estado:

(...) assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2010, p. 132).

A partir da constituição federal, o Estado passou a ser responsabilizado por oferecer a educação infantil para todas as crianças e de 0 a 6 anos de idade em creches e pré-escolas no Brasil. Destaco aqui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que complementa a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica dentre os níveis escolares.

No ano de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA-Lei nº 8.069/90, veio regulamentar o art. 227 da Constituição Federal explicitando claramente direitos e deveres. Ressalte-se ainda que a partir do ECA fica estabelecido um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, na tentativa de impedir desmandos, desvios de verba e violações dos direitos das crianças (FERREIRA, 2000, p. 184).

Estudos das ciências humanas demonstram a importância na qual as crianças possam vivenciar cada fase de seu desenvolvimento de forma satisfatória para que se tornem adultos sem traumas, capazes de interagir na sociedade conforme as normas estabelecidas perante as leis e os grupos na qual ela está inserida. Na idade média, na sociedade ocidental, não havia o olhar específico sobre a infância, pois logo cedo elas eram inseridas ao mundo dos adultos, não existia cuidados ou preservação para com elas. Esta concepção acerca da criança era distópico se levarmos em consideração ao que preconizamos hoje na maioria das civilizações que cercam o mundo. Ressalto que não é uma generalização, apenas uma alusão para que possamos imaginar como seria a vivência dessas crianças naquela época.

À época da idade média, as crianças, mesmo antes de completar seus três anos de idade, já eram vistas como adolescentes. Seus genitores as tratavam como adultos, e as induziam a realizar trabalhos e tarefas cotidianas. Logo cedo elas já aprendiam a ter responsabilidades, e isso impunha a necessidade de elas, desde cedo, desenvolverem seus corpos, cognições fundamentais, e habilidades a ponto de serem capazes de cuidar de si próprias. O aprendizado era obtido através de experiências com outros adultos (ARIÈS, 2012).

Logo então a criança pulava etapas significativas da infância que as norteiam em um conjunto de fatores para a elaboração do seu “eu”, e que são primordiais para a construção do ser para a fase adulta. Freud vai explicar as fases da infância em um momento em que se patologizava as sexualidades como normal e desviante, mas para os termos do argumento, essas fases e as relações com o objeto de prazer repercutem (FREUD, 2006). Nessa época também havia um alto índice de mortalidade infantil, pois era comum a causa de morte natural por conta da falta de cuidados necessários para o corpo ainda pouco desenvolvido. Somente após o surgimento do malthusianismo<sup>3</sup> e métodos contraceptivos no século XVIII, os quais confluíam numa ideia de controle populacional, que a vida humana infantil deixou de ser desperdiçada. Foucault (2017) indica como vai se construindo o controle populacional, ou controle da vida, a partir do que ele chama de biopoder.

---

<sup>3</sup> Teoria elaborada por Thomas Malthus, cuja ideia central residia no descompasso entre o crescimento populacional, que se expressa em progressão geométrica, e o crescimento da oferta de alimentos, o qual assumiria ritmo aritmético. Assim, o controle populacional seria uma ferramenta inevitável para a sobrevivência da espécie humana.

Do século XIII ao século XVII, a mortalidade infantil atingiu um nível significativo, a cristianização conferiu um significado muito importante na individualização da criança, um novo sentimento à fragilidade infantil, que agora passa a ter reconhecimento e mais cuidados. Agora suas almas também alcançavam a imortalidade através do batismo na igreja pastoral, que atribuiu a elas mais um significado de importância e legitimidade. Logo após, as famílias passam a se importarem com as questões e práticas de higiene, como a vacinação contra a varíola, que significativamente reduziu o alto índice de mortalidade.

A infância era mantida no anonimato, a concepção de família naquela época tinha como finalidade de manter a conservação de bens e seus acúmulos, e de mantê-los por gerações póstumas. A honra perante a sociedade estava na constituição de uma família na qual o afeto não era central, se comparado a como se compreende o amor intrafamiliar hoje. Tais afetos eram vividos e sentidos quando havia a troca fora do seu seio familiar, com amigos, vizinhos e muitas das vezes por suas amas<sup>4</sup> ou escravas (ARIÈS, 2012).

No fim do século XVII e iniciando o século XVIII houve uma mudança significativa, pois o Estado passou se preocupar com a aprendizagem populacional. Isso se converteu em educação no sentido formal, e possibilitou que a criança pudesse ser notada não mais como um adulto. Em contraponto, essas crianças eram mantidas em seus confinamentos dentro das instituições como orfanatos, lá elas passavam boa parte de suas vidas até a fase adulta. Chegando a esta fase da vida, já estavam prontas para ganhar o mundo e para saírem de seu longo confinamento, podendo então conviver em sociedade (ARIÈS, 2012).

Sua visibilidade e importância social passaram a ser orientadas pela igreja católica, onde esses jovens eram educados para servirem na casa de Deus, auxiliando os sacerdotes na organização das missas, nas quais as crianças eram tidas como seminaristas e conhecidas como Clérigos. Historiadores também associaram esse confinamento como os que ocorreram com os loucos, os pobres e as meretrizes. Esta época foi marcada pela moralização protagonizada pela igreja católica-protestante que tinham ligação com as leis de estado. Contudo, também emergia uma nova perspectiva a cerca da família, que é o afeto. A honradez não é mais hegemônica somente aos bens, agora os pais passam a se interessar pelos

---

<sup>4</sup> Ama é um termo histórico usado para referir-se a uma serva, escrava ou empregada encarregada de cuidar de crianças em casas mais ricas.

estudos dos filhos e acompanha-los em sua trajetória (ARIÈS, 2012). Denota-se que a figura infantil ganha uma identidade social, não somente aquela antes catalogada pela igreja em seus registros de natalidade e batismo, mas agora se torna figura participativa na sociedade. É quase um paradoxo pensar que a participação das crianças na sociedade, enquanto sujeitos distintos, ocorreu mediante o controle dos seus corpos.

Outro momento marcante foi à associação da criança tida como modelo à imagem do menino Jesus. Esta infância estava relacionada à maternidade e ao louvor que se tinha a virgem Maria. Esta associação logo inspiraria outras famílias, e, no século XIV, a arte italiana marcada por seus quadros e pinturas faziam esses registros familiares que também contribuía para o desenvolvimento desse sentimento encantador. Outra figura infantil também surge, sendo ela agora a imagem do menino Jesus sendo desnudo, aparecendo no fim da idade média, e trazendo representatividade de morte infantil, crianças ou inocentes mortos, e recaia em suas mãos a culpa, até serem levadas a julgamento. Seria de fato a representatividade postulada à morte e ao espírito dando menção a nudez infantil?

A igreja exerce um papel fundamental ao associar a infância da criança com personagens da bíblia. A virgem Maria e o menino Jesus passam a ser referencias no que diz respeito à inocência e a fase da infância, assim como outros personagens como São João e São Tiago, companheiros e amigos de Jesus em seus jogos e brincadeiras, que também têm sua infância como referência de santidade (ARIÈS, 2012).

As questões de gênero também são percebidas na idade média, e, a sua maneira, elas passam por transformações e repercutem até os dias de hoje. No século XIII, as vestimentas das crianças não tinham qualquer particularidade fazendo separação de gênero, assim que elas deixavam de usar seus tecidos que serviam como roupas, antes chamado de cueiro, logo ganhavam vestimentas iguais aos dos adultos, homens e mulheres. Nessa época era a sociedade se preocupava apenas em tornar as pessoas visíveis por suas vestes para manter e identificar a posição social daquela pessoa ou família. Nenhum detalhe era empregado em suas roupas, não havia diferença uma das outras, tanto crianças e adultos eram exatamente iguais. Era comum o uso de vestidos, tanto os meninos quanto as meninas.

Esta concepção se perpetuou ao longo de várias gerações, somente no século póstumo que se inicia uma mudança no comportamento social e no imaginário daquela sociedade. É apenas no fim do século XVI e início do século XVII, que a criança ganha roupagem de acordo com sua idade, e assim elas se diferenciavam dos adultos, porém, apenas as famílias que tinham condições financeiras para adotar esse novo modo de se vestir. Com a criação de um uniforme, logo as famílias burguesas aderiram à moda e assim os diferenciavam das outras classes.

Após a primeira guerra mundial, houve uma radicalização na forma como os meninos se vestiam, agora não usariam mais vestidos longos de gola, uma nova revolução de trajes traz um novo fardamento aos meninos que agora não são mais efeminados por suas vestes. Curiosamente após o uso da nova roupagem, os meninos em massa passaram a frequentar as escolas. Somente em meados do século XVI que as meninas puderam acessar as escolas, graças ao arcebispo Fénelon e a marquesa de Maintenon.

Ainda no século XVI, a família Burguesa trata a sexualidade de suas crianças com muita normalidade, embora ainda tão pequenas, falam e brincam livremente com seus pênis “os adultos se permitiam tudo diante delas: linguagens grosseiras, ações e situações escabrosas; elas ouviam e viam tudo” (ARIÉS, 2012, p.77). Os menininhos tinham muita liberdade para mostrar seus pênis aos criados, amas, e aos visitantes que ali chegavam. Cenas de relações sexuais de seus pais e empregados eram facilmente vivenciados por elas. Não existia divisão dos cômodos nas casas, não havia individualização e intimidade na família, na maioria das vezes até mesmo dormiam todos na mesma cama. De acordo com Luiz Mott:

Alguns historiadores têm mostrado que a dessexualização da criança é fenômeno recente na história ocidental, e que até meados do século XVII, meninos e meninas - inclusive nos palácios reais-viam, falavam, ouviam e agiam com mais soltura em matéria de sexo do que seus sucessores do período vitoriano. (MOTT, 1991, p.19).

Ainda na sua pequena infância, as crianças eram juradas ao casamento para a família de suas escolhidas, que se casariam então após longa data, mesmo ainda sem terem noção do que seria a prática sexual. A sexualidade talvez fosse usada para garantir a continuidade da família real e manter seus bens? Estes costumes de brincadeiras sexuais eram prática comum facilmente identificada na burguesia, pois os adultos não sofriam repressão e isso não impactava a sociedade. Mas, a partir de

1608, esses costumes de brincadeiras relacionadas ao gênero sucumbiram, então os casamentos ainda na fase da adolescência tornaram-se cada vez mais raros. Aqui, o mais curioso é que ainda era comum o casamento de meninas de 13 anos.

Estes hábitos liberais e sexuais com as crianças são facilmente percebidos nas sociedades muçulmanas. Algumas destas sociedades se mantiveram desinteressadas não somente ao avanço tecnológico, mas também as modificações de honradez, primeiramente cristã e em seguida as morais leigas, que nortearam e disciplinaram a sociedade burguesa do século XVIII e principalmente a do século XIX. Na cultura muçulmana as crianças são circuncisadas na fase da puberdade, este rito de passagem anuncia a chegada da fase adulta.

Cenas de cunho religioso deste rito eram facilmente postas à público no século XVI. Este momento era tido como celebração, festa, o que para nossa sociedade é visto como chocante. Na Bíblia, mais precisamente no Velho Testamento, a circuncisão surge como uma marca do povo de Deus, algo de um mandamento de Deus. Era comum que adultos tocassem em suas genitálias, e essa proibição só aconteceria na puberdade. Acreditava-se que a criança que não havia chegado à puberdade caso fosse desinteressada quanto à sexualidade, pois se acreditava que a inocência e o sentimento não fazia alusão aos assuntos sexuais.

Ainda no esteio de Philippe Ariès (2012), o sentimento de família e laço social da criança emerge no século XV, conforme mencionado anteriormente. O tratado de *“De confessione mollicei”*, escrito por Jean Gerson, teólogo, bispo, arcebispo e educador, que viveu no século XIII, contém observações e estudos sobre a infância e suas práticas sexuais. Neste tratado, ele tenta despertar nas crianças de 10 a 12 anos um sentimento pesaroso para aquele que cometesse o ato ou prática da masturbação. Esta ideologia visava preservar as crianças dos apuros em que elas se encontravam dentro de uma convivência com outras pessoas sem a menor particularidade. Este tratado estabelece normas e condutas a serem seguidas de que como as crianças deveriam se comportar umas com as outras. Era proibido o beijo, contato físico, na hora de dormir deveria estar vestido devidamente, ao falar deveriam usar as palavras com moralidade. Confesso que, quando escrevi este trecho, me remeti ao passado, pois fui criado em doutrina cristã protestante e na fase de minha descoberta sexual. Após praticar a masturbação era exatamente assim que me sentia. Penso: “como é possível, mesmo após tantos séculos, ainda sentirmos os efeitos de coisas tão remotas?”

Aqui no Brasil, no século XIX, parte dos dirigentes tomaram atitudes em relação a corrupção de menores, foram percebidas mudanças significativas que assegurariam a proteção e integridade de jovens e crianças. De acordo com Luiz Mott (1991, p. 30):

(...) tal mudança de postura pode ser interpretada sob dois ângulos: de um lado a instauração de uma moralidade ultra repressora - a vitoriana-que sob o pretexto de proteger a inocência infanto-juvenil, reprime e dessexualiza completamente os meninos e adolescentes; de outro, o início dos direitos humanos dos jovens e crianças, não mais tratados como tábula rasa - como ainda postulava o pai da sociologia, Émile Durkheim em 1925 na obra *L'Education Morale*-nem como reles objetos sexuais dos mais velhos, mas criaturas merecedoras de respeito, capazes da livre orientação sexual e dos prazeres eróticos, e donas de sua privacidade individual.

A partir deste momento se torna responsabilidade das delegacias controlar, reprimir o desrespeito, e o abuso dessas crianças marcadas pelos adultos, a igreja perdeu a exclusividade desta responsabilidade.

No fim do século XVII a Europa aprova o novo código civil, legitimando a igualdade e direito a todos os filhos, traduzindo essa concepção ao novo sentido compreendido pela família contemporânea. Devido aos progressos da nova família, houve uma modificação da estrutura de suas casas, agora elas ganham novos cômodos, assegurando a intimidade dos genitores e também preservando a criança de cenas com atos de coito ou de promiscuidade (ARIÈS, 2012).

Nos séculos XVI e XVII, com base no tratado de Gerson, outros tratados foram elaborados por educadores jesuítas e das escolas *Port-Royal*, não tolerando mais quaisquer desrespeito a criança, e a partir de então os livros didáticos que elas iriam acessar nas escolas passariam a ser fiscalizados. Este também foi um grande momento para a retomada de grandes clássicos da literatura infantil, pois a escola incluía na sua pedagogia leituras de cunho infantil (ARIÈS, 2012). Houve grande higienização das literaturas com a pretensão de proteger as crianças e de sua infância ingênua. Portanto, agora não se podia mais explicitar nas páginas de livros imagens e contos de sexo, promiscuidade e irreverência. Os contos nos livros devem a partir de então ajudar na educação a escola e a família a moralizarem seus filhos.

Importantes nomes de folcloristas ajudaram na higienização dos contos infantis, assegurando-lhes e preservando o sentimento de virtude. Segundo Michèle Simonsen Perrault (1987, p. 15-16):

(...) reformulou profundamente os relatos em que se inspirou, transformando às vezes episódios inteiros, para adaptá-los ao público mundano a que os destinava. De modo geral, Perrault suprimiu tudo o que podia chocar o senso da decência, mas também da verossimilhança de seus leitores; deu a intriga um sentido mais realista, atenuou o maravilhoso e o absurdo sempre que possível. (...) Assim reformulados os “contos de Perrault”, cujo o êxito foi considerável, são devolvidos pelos livros de venda ambulante, à tradição popular que tinham saído, influenciando-a por sua vez”.

Denota-se que foi necessário fazer adaptações e ajustes na oralidade, para transforma-los em uma literária adequada com os novos valores da época. Os contos agora tinham como objetivo passar e incutir os valores morais que estavam presentes naquela sociedade. Com o passar do tempo, contos *como A bela e a fera, Cinderela*, e outros proporciona às crianças o acesso a mundos imaginários e cheio de fantasias, além da linguagem subliminar de aprendizagem empregada nelas (CARMO; MEDEIROS; MELIAN, 2015). Sendo assim, os contos estão atrelados ao mundo da imaginação e da fantasia, mas possuem função pedagógica, resgatando princípios, onde grande parte da sociedade diz ser indispensáveis para a educação das crianças. Portanto, essa mudança não se tratava mais apenas por questões e ideologias de alguns moralistas da época como Gerson, mas agora sim entendida por parte da sociedade, e percebida por todos, agora abundante na literatura da moralidade, pedagógica, e por costumes de devoção religiosa.

Agora com uma nova doutrina verdadeira e aceita pelos jesuítas<sup>5</sup>, jansenistas<sup>6</sup> e oratorianos<sup>7</sup>, com aumento o aumento das instituições educacionais, hábitos mais rigorosos fariam parte de sua pedagogia e filosofia de ensino. Nesta ocasião, disciplinas mais exigentes e educativas comporiam os hábitos escolares em direção da evolução infantil e da família, reverberando em toda sociedade. Com uma nova ordem educativa articulada pelos cristãos, percebemos como essa ideologia se

<sup>5</sup> Os jesuítas eram padres que pertenciam à Companhia de Jesus fundada em 1534, uma ordem religiosa vinculada à Igreja Católica que tinha como objetivo a pregação do evangelho pelo mundo.

<sup>6</sup> Este movimento, derivado do Cristianismo, baseou-se numa doutrina que contemplava a conciliação da liberdade humana com a graça emanada por Deus.

<sup>7</sup> Pertencentes da congregação de oratória. A Congregação do Oratório, hoje Confederação do Oratório (*Confoederatio Oratorii Sancti Philippi Neri*), também conhecida como Oratorianos ou Ordem de São Filipe Néri, é uma sociedade de vida apostólica fundada em 1565, em Roma, por São Filipe Néri, para clérigos seculares, sem votos de pobreza e obediência, dedicando-se à educação cristã da juventude e do povo e a obras de caridade.

perpetua até os tempos atuais. Na escola onde meu filho estuda, por exemplo, tem ensinamentos com base cristã católica, e isso se repete em outros lugares, bairros, cidades e países. Ressalto que esse princípio regulatório foi diligente e afincado nos internatos jesuítas, alguns pensionatos privados, e nas escolas de *Port-Royal*, com o objetivo de prevenir a libertinagem e depravação. Porém, em nossa atualidade, podemos identificar certos enfrentamentos tendo em vista que aqui no Brasil existem múltiplas religiões e o Estado é laico. No entanto, considerando que cerca de 86,80% da população brasileira é de religião e doutrina cristã (IBGE, 2010), quais possíveis enfrentamentos que outras configurações familiares podem encontrar pelo caminho tendo premissas cristãs tão enraizadas na sociedade?

As crianças dos orfanatos cedo aprenderiam doutrinas regulatórias a cerca do seu corpo e sexualidade, os educadores faziam revistas noturnas nos alojamentos todos os dias para assegurarem que elas não estavam expostas a libertinagem. Ao se deitarem, elas devem estar devidamente vestidas com roupas que as cubram por completo, crianças já não mais poderiam dormir juntas, e não se deve recolher-se a cama na frente de pessoas do sexo oposto, recomendava-se que as famílias educassem suas crianças a esconderem seus corpos ao repousar. Esta vigilância era feita da forma mais branda possível, para que as crianças não perdessem a confiança, e assim faze-las com que elas se sintam acolhidas e amadas, logo elas se sentiriam protegidas, e não vigiadas. Esta preocupação era para manter e ensiná-las a terem ordem e principalmente decência. Este ensinamento era passado até para que as crianças tivessem gosto e boas escolhas em suas literaturas, com tudo havia grande preocupação e ensinamento até na escolha das músicas da época, pois muitas das canções traziam em suas letras difamações, calúnias e muitas paixões indecentes.

Essa preocupação e regulação também foram aplicadas ao mundo das artes, onde shows e espetáculos agora ficaram proibidos para crianças assistirem. No século XVIII, os cristãos já não consideravam descente assistir as marionetes, seus olhares seriam apenas com olhar de desprezo e não mais de apreciação e entretenimento. Apenas os jogos educativos lhes eram permitidos, porém aqueles que haviam sido incorporados na educação pedagógica. Essa nova ordem, também sugere que as crianças não devem mais ficar só com os criados da casa, pois eles não haviam ou tinha boas influencias a ser seguida.

O futuro cardeal Bernis, nascido em 1715 dizia: “Nada é mais perigoso para os costumes e talvez para a saúde do que deixar as crianças muito tempo sob a tutela dos criados de quarto.” “Ousa-se fazer com uma criança coisas que se teria vergonha de arriscar com um rapaz” (ARIÈS, 2012, p. 139). Houve grande afinco em segregar as crianças dos criados, embora hoje no século XXI este pensamento não fosse tolerado, a intenção dos moralistas daquela época era de resguardá-los de brincadeiras e cenas desagradáveis.

No século XIX, surge uma flexibilização dos pensamentos ortodoxos aplicados naquela época, um professor da língua francesa chamado L. Wylie, norte-americano, ficou surpreso no modo como as crianças eram tratadas com tanta austeridade por seus mestres. O contraste de pensamento e filosofia entre a França e os Estados Unidos era perceptível, pois nos Estados Unidos já não se tem mais essa concepção, mas um novo modo de pensar emergiu na civilização francesa, e logo desaparece das cidades, sendo ainda este pensamento existente nos campos, mas que também perde o valor ao longo dos anos.

Na literatura do século XVII, facilmente percebemos trechos cristãos com base no evangelho fazendo menção de Jesus para as crianças: “Já que o Senhor chama a si os pequenos inocentes, considero que nenhum de seus súditos tem o direito de rejeitá-los.” E em contraponto a esta citação, também observamos palavras de regulação. “Sede como crianças recém-nascidas.” “Se não vos tornardes como as Crianças, não entrareis no Reino dos céus.” (ARIÈS, 2012, p. 144). Outro momento marcante nas escolas acontece no século XVIII e XIX, a importância que a primeira comunhão tem e passa a ocupar os espaços escolares. Este momento tornou-se um grande evento de significado e relevância para a sociedade e toda comunidade cristã. Esta cerimônia tornou-se o nascimento mais expressivo da infância, inocência e o sagrado.

Percebemos ao longo deste capítulo que o cristianismo foi e ainda é um forte influente na sociedade, não somente no que se refere à educação, mas para toda a normalização e conduta moral da população. Mesmo hoje a sociedade contemporânea sendo tão diversa, podemos encontrar nas capitais do país escolas cuja filosofia de ensinamento está pautada nas tradições do passado, assegurando que a sociedade seja mais próxima do que é moral e civilizatório, e de que modo toda essa construção se perpetua até a atualidade, sem deixar algumas das premissas, costumes e crenças que datam da Idade Média.

Enquanto instituição social, o cristianismo assume um papel importante na maneira até como as pessoas se expressam, ou mesmo na construção de um sentido de vida para muitos. No entanto, há de se considerar o problema do controle dos corpos que é descrito pela narrativa de Ariès, mas também pelas elaborações mais diretas de Foucault, principalmente no livro *História da Sexualidade*. Até hoje existem tabus em relação à masturbação, por exemplo, e é evidente que o cristianismo tem papel importante no processo de construção desse tabu. Dentre vários fatores, também é evidente o papel do cristianismo na consolidação de uma família que hoje se coloca como tradicional e mesmo atemporal, natural, advinda da vontade de Deus.

É na esteira dessas transformações, nas quais se considera também o papel dos Estados e das transformações tecnológicas, que surgem as escolas. Primariamente elas ocupam a função de vigiar e punir (FOUCAULT, 2014), mas é sabido que nenhuma instituição social é final ou acabada. Antes, se podemos falar em transformações sociais, e se os dias de hoje não se sobrepõem totalmente aos de antes, podemos perceber esses movimentos que também são descritos por Foucault na relação simbiótica que o poder tem com a resistência (2017). Ora, todo esse empreendimento de controle reflete justamente o fato de que nunca se falou tanto sobre sexualidade como nos tempos recentes. Hoje, o espaço ocupado por famílias homoafetivas também demonstra que o controle nunca será total, mas ele ainda é presente em nossas vidas.

Assim, percebe-se que a história da infância, da família e da escola possuem relações íntimas, sendo difícil compreender uma delas sem as outras. Na próxima seção falarei sobre algumas das experiências que tive com meu filho na escola, junto com reflexões sobre a diversidade, numa tentativa de buscar ilustrar o que trouxe neste capítulo agora encerrado.

### **1.1 Socialização escolar e o diálogo sobre a diversidade**

Ir até a escola e levar meu filho para o cumprimento das atividades de aprendizagem tornou-se uma constante rotina em minha vida. Desde a inserção do meu filho na escola, eu sempre fiquei encarregado por seu trajeto de ida e volta, como leva-lo e busca-lo, assim como a maioria de outras atividades: reuniões de pais e mães (Me sentiria mais contemplado se fosse denominada “reunião da

Família”), festividades, eventos de apresentação com participação do meu filho em conjunto com sua turma e outras atividades. Meu atual companheiro desempenha o papel de arcar com toda parte financeira da casa, e ajudar nosso filho na execução das tarefas escolares.

Fica a impressão que a escola é a extensão da nossa casa, auxiliando e conduzindo os alunos para um aprendizado de inclusão, diversidade, e dialogando com a realidade das famílias com temas e vivências que permeiam a sociedade como um todo. Mas será que isto acontece na prática?

Atualmente a instituição onde meu filho estuda segue premissas do cristianismo católico, compondo em seu calendário de festividades o dia de homenagem à padroeira a qual são devotos. Mas não se fala ou ensina aos alunos outro tipo de doutrina que aquela cultuada por eles e tida como praticada por boa parte da sociedade. Nesse sentido, a escola do meu filho segue o que entendemos por tradicional.

Somado a isso, observo como a sexualidade das crianças é construída com base naquilo que é moral e correto visto aos olhos de uma heteronormatividade, pois quaisquer condutas que desviem das normas são tidas como imorais, e num passado não tão distante também foram tidas como patológicas pelos consensos até científicos. Há uma espécie de heterossexualidade compulsória (MISKOLCI, 2012) empreendida pela escola que é movida pelo desejo de produzir sujeitos heterossexuais. Afinal, meninos vestem azul e meninas vestem rosa?

Um episódio que me marcou nessa trajetória de compromisso e cuidado para com meu filho aconteceu no dia 17 de março de 2020, data em que a escola fechou para o encerramento das atividades presenciais devido a COVID-19. Ao pegar meu filho no portão de saída, juntamente com ele também saiu uma aluna de sua turma em companhia de sua mãe, e a menina disse: “Tio!” É verdade que Thyedro tem dois pais? Eu respondo que sim. Imediatamente a menina diz para sua mãe: “Mamãe, mamãe, também quero ter dois pais”. Imediatamente eu abri um sorriso e disse: “Mamãe dê mais um pai para ela!” Muito desajeita com a cena, a mãe seguiu para o estacionamento ao encontro do seu marido que a aguardava no carro. Chegando lá, para minha surpresa a menina repetiu o pedido para seu pai, que também nada proferiu. Um tanto desconcertado tomou para si o silêncio como forma de resposta.

Saí muito radiante dali, porque percebi que a criança não tinha um pensamento pronto sobre o gênero e sobre sexualidade na direção do que a sociedade busca programar, parecida natural a forma como ela lidava com a diversidade, e que é o trabalho constante de tolhimento que leva os sujeitos a rejeitarem a diversidade posteriormente. A sociedade é que vai configurando o sujeito de acordo com seus valores. Ao longo deste capítulo trago a análise teórica sobre a relação de poder que os espaços e instituições exercem sobre os sujeitos, e como estes sujeitos são estigmatizados por normas constituídas.

O modo como às crianças vão se configurando no ambiente escolar se relaciona a uma espécie de efeito de linguagem, que permeia as conexões humanas com as coisas ao redor. Ainda pequenos, logo aprendem que homem não chora, não usa rosa, brinca de carrinho, afinal ele homem; já a menina brinca de casinha, faz a comida, brincar de boneca, e que ela deve ser delicada, carinhosa, calma como as águas de um rio. Essas expectativas logo são esperadas pela família e pela sociedade, mas quando isso destoa do “normal” potencialmente existirá cobrança em sua postura, a repressão pode acontecer por seus professores, amigos de classe e por sua família. (LOURO, 2000). Curiosamente a sociedade defende a ideia de que homens e mulheres naturalmente exercem determinadas funções, mas o constante esforço para manter isso tudo funcionando é a prova cabal de que vivemos imposições em termos de gênero, sexualidade e muitas outras. É, no fim, um esforço de controle, algo que parece contrário à ideia de natural.

Os constructos que a sociedade impõe para com o masculino e feminino parecem reproduzir uma verdade, um saber sobre o outro, mas esse estranhamento daquilo que não é tido como normal, parece não mais abarcar a realidade sobre a diversidade. Esse julgamento sobre o gênero ecoa desigualdade, repulsa, resistência e sobre tudo exclui e marginaliza aqueles que não são vistos como iguais. A própria existência dos personagens de gênero homem e mulher denota uma verdade construída.

A diversidade de gênero não deve ser vista como binarismo, ancorada no sexo biológico homem e mulher, mas como uma construção social que emerge intrinsecamente dela. Porém, o processo de sujeição que norteia grande parte da sociedade implica a categoria de gênero, e dele resulta a não adequação de muitos sujeitos que se tornam reduzidos a corpos ou genitálias. “Essas diferentes categorias de pessoas aparecem como ‘dissonantes’ em termos de gênero, porque

embaralham as distinções entre masculino e feminino e também confundem as normas da heterossexualidade, que requerem essa distinção” (PISCITELLI, 2009, p. 143-144). Ainda segundo Piscitelli (2009, p. 145).

As pessoas que não mostram essa coerência – uma mulher masculina, um homem feminino, os intersexos, os homossexuais etc. – parecem desordenar o pensamento hegemônico sobre o gênero. Ao mesmo tempo, a existência dessas pessoas sugere que ao pensar em gênero não podemos restringir-nos a homens e mulheres, a masculino e feminino.

Tradicionalmente a sociedade compreende que os sujeitos devem estar perfeitamente encaixados com o que se considera ser o “destino” que biologia e fisiologia lhe atribuíram, ou seja, exercer a sua sexualidade conforme uma suposta natureza. E como se isso já não fosse o bastante, também o papel aqui a ser exercido como o homem, por exemplo, ser pai, não é nada convencional quando um casal formado por pessoas do mesmo gênero constitui uma família. Pois esta configuração de família não é bem vista, uma vez que não existe um “sexo biológico feminino” para cumprir o papel de mãe. A sociedade implicitamente institui que constituir uma família sem a presença materna incorre na impossibilidade de esta desenvolver um cidadão completo para viver em sociedade, pois algo lhe faltará. Primariamente a função das mulheres é a de prover seus lares e filhos, por isso haveria sempre uma espécie de falta.

Essas ideias ilustram parte da minha vivência como membro de uma família homoparental. Ainda me deparo com a falta de conhecimento e esclarecimento sobre o assunto e sobre questões que por muitas vezes me inquietam. Por exemplo, acerca de questionamentos sobre se minha sexualidade reverberará em meu filho, com perguntas do tipo: “seu será gay quando crescer?” Por um lado é difícil responder isso, por não saber do futuro, por outro lado é fácil, pois devemos apenas esperar para ver. O que nos leva a essa pergunta, porém, parece ter haver com como a sociedade nos enxerga. Somos vistos como desviantes e anormais, como se tivéssemos uma doença que pudesse ser passada para nossos filhos. Portanto, o mero questionamento é o reflexo de como acabamos por introjetar as normas que nos condenam.

No que se refere à discussão sobre a sexualidade e a diversidade, vejo uma postura omissa que prevalece de certa forma nas instituições escolares. Por outro lado, quando se trata de normatizar os comportamentos, as posturas parecem

mudar bastante. Ou a diversidade é silenciada ou ela é controlada, mas dificilmente ela é encorajada.

O discurso sobre a diversidade sexual e de gênero parece causar desconforto na sociedade, a ponto de algumas pessoas se sentirem verdadeiramente ameaçadas. A sociedade, e todo processo histórico e cultural, arguiu e estereotipou ao homem uma simbologia para que ele pudesse pertencer ao grupo da masculinidade. Para que ele possa pertencer a esta classe, se faz necessário o cumprimento de algumas configurações como: Falar grosso, Andar de modo firme sem que seu quadril rebole tanto, usar palavras de baixo calão, e a negação de comportamentos que foram atribuídos às mulheres. Pois qualquer comportamento que diverge dessa norma, facilmente sua masculinidade será questionada, e logo tudo irá às ruínas (PISCITELLI, 2009). Quando se fala da heterossexualidade, percebemos como se fosse um tratado de posturas e normas a serem seguidas, propriamente designada para os meninos:

Merecerem suas identidades masculinas e heterossexuais, deverão dar mostras contínuas de terem exorcizado de si mesmos a feminilidade e a homossexualidade. [...] E eles deverão, entre outras coisas, ser cautelosos na expressão de intimidade com outros homens, conter a camaradagem e as manifestações de apreço ou afeto, e somente se valer de gestos, comportamentos e idéias autorizados para o 'macho'(JUNQUEIRA, 2009, p. 19 -20).

Essa construção na postura, comportamento e práticas, é percebida cotidianamente nos espaços escolares, para que possam garantir e exercer o poder. Mesmo com toda amplitude viril e diversa do homem, ainda torna-se necessário expor um padrão para afirmar seu gênero. Então parecem viver em constante vigilância de si, de seus gestos para que não sejam minorizados por qualquer ato falho que fuja a conduta normatiza ideal.

Os reflexos disto aparecem na esfera dos relacionamentos pessoais. Por exemplo, existem homens que não conseguem administrar seus próprios sentimentos e terminam até por matar mulheres em decorrência de não aceitarem o término de um relacionamento. Além disso, podemos falar sobre os problemas dentro do trânsito que também remetem à maneira violenta como os homens são socializados, ou, em outra esfera, sobre a tendência de os homens procurarem menos os serviços de saúde para que possam simplesmente sobreviver mais. No entanto, isso parece óbvio apenas para quem se propõe a pensar melhor, do

contrário a tendência é que os referidos “problemas” sejam apenas reflexo de como os homens “devem ser”.

Porém essa padronização não se restringe ao gênero masculino, recai sobre as meninas, que também devem sustentar as atribuições concebidas de reproduzir, e assumir toda sua delicadeza e feminilidade. Com a evolução do processo histórico, podemos perceber mudanças geracionais como no século XX para o XXI. A juventude também evoluiu sua concepção, pois já não são mais os mesmos, onde a heterossexualidade também passa por processo de transformação conforme a sociedade também se transforma. De acordo com Louro:

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas (LOURO, 2000, p. 67).

A sociedade, portanto, estabelece e veicula estereótipos como se fossem estruturas prontas e ancoradas, postas em suas caixinhas e designadas com ideias como: a sexualidade é apenas uma escolha; Deus criou os sexos opostos homem e mulher. Qualquer pessoa que deseje estar fora desse padrão estará condenada por suas práticas. Cabe destacar que nem o corpo humano é tão padronizado quanto se deseja, e que sequer o tal “sexo biológico” é perfeitamente dimórfico. Seriam as variações naturais dos corpos objeto da vontade do mesmo Deus que, no discurso cristão, é perfeito em suas criações? Portanto, seria a diversidade humana, caracterizada na infinidade de corpos, comportamentos e uma série de outras coisas, o reflexo da sua vontade? Piscitelli (2009, p. 143) registra algumas das possibilidades de existências e anatomias:

Um conjunto de pessoas resistem a classificações lineares como ‘homens’ ou como ‘mulheres’. Os intersexos, pela ambiguidade de seus genitais. As travestis porque, com genitais masculinos, mas com corpos feminilizados mediante o uso de hormônios, silicones, roupas e perucas femininas, transitam entre lugares femininos e masculinos. E os transexuais porque incorporam um gênero diferente ao que corresponderia a seus genitais, buscando uma mudança de sexo que envolve, às vezes, cirurgias de transgenitalização, procedimento no qual os genitais são alterados.

Dessa forma, a sociedade vive em busca de uma padronização a cerca da sexualidade e do gênero. Estes discursos se potencializam na mesma medida em que se discute a diversidade de gênero e sexual, e aqui surgem os conflitos. Nesse

sentido podemos nos questionar: é possível categorizar toda essa diversidade? Podemos compreender que a sexualidade é uma construção social, e suas práticas variam de acordo com o meio na qual ela está inserida? A mera possibilidade de poder fazer tais perguntas e inseri-las em um texto acadêmico já é, por si só, reflexo de como tem se organizado os debates acerca do assunto. Tem havido espaço para quem não concorda com o controle.

A diversidade de gênero ofusca e cria resistência ocupando um lugar de reconhecimento e liberdade, se impondo diante do pensamento hegemônico e biológico que foi construído ao longo da história patriarcal e cristã. Entendemos que a transexualidade é entendida como a não identificação com sua genital e com seu gênero atribuído biologicamente. Colling e Tedeschi (2019, p. 714) indicam como essas trajetórias chegam inclusive ao reconhecimento dos Estados:

Portanto, a humanidade vivida na e pela fronteira transgênero que 'extrapola o binarismo redutível ao ser mulher ou ao ser homem, há que ser conhecida. [...] Em síntese, por mais vivas que sejam em termos biológicos as vidas transgêneros, essas carecem e muito de se tornarem possíveis e viáveis perante o Estado.

Na prática percebemos diversas formas e modos de experienciar e viver a sexualidade. A conclusão lógica é que o modelo heteronormativo (BUTLER, 2017) não abarca a diversidade que existe na sociedade e suas múltiplas formas de se relacionar, e que ele é, antes de tudo, um modelo.

Então percebemos que nossa sexualidade não é somente uma construção intrínseca, vivida pelo sujeito em seu devir, mas do outro também, da sociedade que conduz modos de se perceber essa sexualidade. “Essa implicação realizada por meio do discurso do Outro nos constitui, a princípio, contra nossa própria vontade ou, talvez colocado de forma mais apropriada, antes mesmo de formarmos nossa vontade” (BUTLER, 2011, p. 15).

A heterossexualidade não parece ser um produto apenas dos aspectos biológicos, mas se estabelece pela relação de poder que controla o sujeito através de um dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2017), construída a partir da compreensão histórica, social, cultural e política. O discurso sobre o normal atrelado à heterossexualidade não passa de um discurso que por ventura ganhou *status* de regime de verdade. Butler (2017, p. 201) pondera sobre esse sistema:

Essa heterossexualidade presumida, sustenta ela, age no interior do discurso para transmitir uma ameaça: 'você-será-hétero-ou-não-será-nada'. Mulheres, lésbicas e gays não podem assumir a posição de sujeito falante no interior do sistema linguístico da heterossexualidade compulsória.

Sequer podemos falar em dicotomias de sexualidade, pensando apenas na relação hétero-homo. Tampouco existe um caminho que nos leve a pseudo sexualidade normal “binária”, pois as sexualidades se transfiguram de acordo com a cultura, meio social e do olhar sobre si (SIMÕES, 2009).

Para Foucault (2017) essa dicotomia entre heterossexual e homossexual, além de falida, não abarca o que é real e sólido, embora muitos tendessem a concertar estabelecendo normas e verdades a cerca do outro. Foucault (2017) considera que esses discursos e a relação de poder se estabelecem em todos os lugares. É algo que se encontra dentro das instituições, organizações e em todo lugar. Tal seria o dispositivo da sexualidade, que serve para ativar nos sujeitos um determinado pensamento sobre como as coisas devem ser. Ele se encontra nas proposições, nas leis, nas formulações científicas, nas arquiteturas, nos discursos (FOUCAULT, 1979, 2017). Indo além, a sexualidade “[...] é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’.” (LOURO, 2000, p. 09). Tanto gênero como sexualidade terminam por ser construções sociais, produtos de suas épocas que condensam lógicas de comportamento, prescrições e proscições (BUTLER, 2017; BOZON, 2004).

Entre normas sociais e vivências concretas existem os sujeitos e seus interesses sexuais. Aqui entra o papel das instituições sociais, como a escola, para o preparo dessas pessoas para a vida. Durante a juventude as pessoas começam a descobrir interesses tidos como sexuais, isso porque, a depender da teoria utilizada, podemos compreender sexualidade como algo que surge e se manifesta desde os primeiros anos de vida (FREUD, 1976).

Foucault, na sua obra “A História da Sexualidade”, por vezes comenta, discorre, discute a respeito do sexo, assim como da sexualidade. Diante da complexidade da leitura desse autor, pode-se criar uma confusão na interpretação desses elementos/categorias. Nesse sentido, apresentamos uma distinção feita por Rodrigo Guim (2020) sobre sexo e sexualidade em Foucault, no sentido de auxiliar

na compreensão de ambas. Segundo Rodrigo sexo é o ato sexual, propriamente dito, assim como o “modo dominante de falar sobre sexualidade.” No entanto, quando Foucault fala em sexualidade, é sob uma perspectiva mais ampla, como “práticas, linguagens, modo de pensar, sentir e agir; que não se reduzem, necessariamente, ao ato sexual. Nesse sentido, a sexualidade tem relação com a história e com a cultura e muda conforme a história e a cultura mudam.” (GUIM, 2020). Foucault chama atenção para a concepção do sexo enquanto objeto da verdade. Ao discutir sobre sexo, o autor afirma que ao longo do tempo (com destaque a partir do século XVIII), foi construído em torno do sexo e sobre o mesmo.

um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascarar-la no último momento. Para, além disso, Foucault ressalta que o sexo não foi (nem é) entendido apenas como um “objeto de sensação e de prazer” ou de “lei ou de interdição”, mas também de “verdade e falsidade” (FOUCAULT, 1988, p. 55).

Os interesses dos sujeitos em vivenciar e falar sobre suas sexualidades se chocam com tabus e regulações, muitas vezes advindas das próprias pessoas que internalizaram normas de controle, mas também das instituições sociais como a escola. Seria utopia pensarmos que as escolas assumiriam esse papel de poder orientar e ao menos ouvir seus questionamentos?

Podemos nos questionar: os sujeitos que não estão dentro da norma binária são vistos como uma ameaça moral dentro das escolas e das instituições? Supostamente são tolerados, pois o comportamento não habitual da masculinidade ou feminilidade que destoa, pode facilmente desarmonizar a família tradicional, cristã e de bem. Os discursos também é uma forma de punir, pois aqui o crime é seu comportamento desviante. Na obra *Os normais*, Foucault sugere que “a loucura não pode ser o lugar do crime” (2010, p. 27).

Por hora, sabemos que as pessoas desviantes são vistas sob uma ótica estigmatizada. Essa palavra “estigma” traduz um pouco a maneira como as escolas lidam com a diversidade. Goffman (1981) indica que o termo guarda relações mais ou menos estáveis com o passado grego, tempos nos quais se entendia estigma como a expressão de sinais extraordinários que representavam algo simplesmente notável ou mesmo ruim num sujeito. O estigma acaba por ser a materialização, quando se trata da percepção social compartilhada, sobre o desvio, e na escola as pessoas podem absorver tais percepções ou repensá-las, a depender de como o assunto é discutido e outros fatores como experiências pessoais ou extraescolares.

O estigma marca os sujeitos, distingue-os negativamente em seus atributos. A diversidade passa a ser fonte de ameaça, e neste processo as próprias pessoas estigmatizadas podem passar a reconhecer em si uma espécie de problema. Relendo o pensamento de Goffman a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, é possível dizer que o estigma condensa um regime de verdade, pois é o significado da característica que lhe confere status negativo, e não a característica em si. Foucault (1978) demonstra isso quando compara a percepção que se tinha da loucura ao longo de séculos, passando de algo até venerado para algo a ser aprisionado. As figuras do delinquente, do louco, do homossexual, surgiram da necessidade social de se estigmatizar as diferenças. E os dispositivos operam na direção de manter vivas essas percepções.

Aliada à percepção sobre a função da sociedade na escola, que é, dentre outras, de produzir sujeitos produtivos, teremos o encorajamento das atividades que se destinam a este fim e a repulsa ao que destoia. Nessa linha de raciocínio Osório (2010, p. 105) segue dizendo que a escola:

Permite uma melhor economia do tempo de aprendizagem dos regulamentos sociais. Faz funcionar o espaço pedagógico como uma fábrica de ensinamentos, de recuperação, de prevenção; mas, ao mesmo tempo, é extremamente eficiente em vigiar, hierarquizar, recompensar, punir e certificar, independente de o indivíduo ter atingido os comportamentos esperados. Transforma-se no esteio de seletividade social, pois ela detém a guarda do saber. As notas ou conceitos fazem da individualidade 'diferentes casos', distribuídos apenas em duas possibilidades: o sucesso (aprovação) ou o insucesso (reprovação). Em cada tijolo de seu prédio, uma regra; em cada lugar, um indivíduo; um indivíduo que não está em lugar nenhum, mas pertence a esse espaço social, sendo institucional para permanecer estrategicamente vigiado. Dessa maneira são reproduzidos os diferentes propósitos das instituições criadas pela sociedade (OSÓRIO, 2010, p. 105).

Por mais que as escolas detenham esse poder que lhes fora atribuído, ainda sim é possível observar ranhuras em sua estrutura de controle e vigilância (Foucault, 2014). Não é demais lembrar que Foucault (2017) indica a relação sempre interligada entre poder e resistência. O estigma pode ser ressignificado, as palavras conferem realidade, mas elas não são imutáveis.

Gomes (2015), porém, entende que o processo de insubmissão relacionado ao comportamento normatizado não é propriedade de ação da escola, mas acontece para além deste espaço:

A educação não é um campo de ensino restrito à escola. Ela abrange as contradições sociais mais amplas, as condições de trabalho, saúde, os valores culturais, as instituições, como a família e a Igreja, e as relações pessoais travadas na vida cotidiana. Assim, é preciso considerar todos os fatores, ideologias e verdades que concorrem, contrapõe-se e perpassam o ambiente escolar, para além de seus muros (GOMES, 2015, p. 77).

Os discursos transcendem o espaço escolar, pois “as concepções ou verdades que norteiam tais discursos apresentam-se a serviço de determinados poderes, por meio dos saberes sujeitados, buscam possibilidades de (re)constituir novos saberes” (GOMES, 2015, p. 17).

O autor compreender que a escola não é absoluta em seu papel de transmissão de informações sobre o mundo, mas talvez também esteja assumindo que não seria possível haver reflexão dentro dos fazeres educativos formais. Será que a escola jamais seria responsável pela construção de sujeitos que pensam sobre suas condições de forma crítica? Se a insubmissão ocorrer por meio de ações da própria escola devemos, então, sempre buscar fora da escola os motivos pelos quais isso ocorreu? A escola assume fatalmente a posição de manter as coisas, tendo, portanto, uma estruturação determinada enquanto não houver fatores externos que ensejem movimentos de mudança?

Louro (2000) afirma que não somente no espaço escolar, mas em outros lugares o sujeito apropria-se de múltiplas sexualidades, mas é fácil perceber essas diferenças nos espaços escolares, e nessa diversidade emerge o preconceito. Ali os alunos se arranjam e constroem seus saberes de acordo com as práticas culturais vividas naquele espaço.

Vale salientar que a instituição escolar é “essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas” (FOUCAULT, 2017, p. 60). Embora estabelecida pela moralidade e bons costumes, a escola acaba silenciando e omitindo as questões em torno da sexualidade. Não falar sobre a sexualidade também exprime uma relação de poder:

O poder é algo exercido em toda a superfície do campo social, segundo todo um sistema de intermediações, conexões, pontos de apoio, coisas tênues como família, relações sexuais, moradia, etc. Por mais finos que sejam os capilares da rede social a que chegemos, encontraremos o poder, não como algo que passa, se efetua, se exerce (FOUCAULT, 2015, p. 207).

Portanto as diferenças sexuais na instituição escolar provocam tensões, e nela também operam fortes relações de poder. “O poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2017, p. 101). Nos elementos escolares, todo sujeito que resista aos mecanismos de controle e normas, transgridem a essa verdade e o saber sobre a sexualidade predisposta.

Sem dúvida, esses aparatos têm uma função de marginalização; mas marginalizam aqueles que resistem. Supunha-se que a maioria dos colégios onde as crianças eram internadas estava conectada a certo aparato de transmissão do saber, e que só eram marginalizados aqueles que resistiam a essa transmissão (FOUCAULT, 2015, p. 191).

Felizmente falar sobre a sexualidade numa ótica de libertação já não é mais algo oculto, já transpassou e rompeu os confins. Mesmo por motivos de controle vemos os discursos sobre sexualidade circulando nas instituições, nas práticas do sujeito e em toda parte. Por ser diversa, a sexualidade descortina os padrões normativos e emerge exercendo também uma nova relação de poder e que não é tóxica ao sujeito.

No mais, a instituição escola precisa urgentemente repensar seu desempenho e didática para se colocar como lugar de aprendizagem e formação do aluno, num sentido amplo e ligado a promoção da diversidade, para atuar na sociedade. Pois a escola não é de exclusividade da masculinidade ou da heterossexualidade, entre eles existem uma diversidade de gêneros e práticas que também requer cuidados e reconhecimento. A escola que vai dar conta dos seres humanos é a escola que os entende em suas diferenças (MISKOLCI, 2012).

## **2. FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS E O DISPOSITIVO DE CONTROLE: ENTRE PODER E RESISTÊNCIA**

Neste capítulo pretendo discutir as tensões e conflitos entre os discursos hegemônicos sobre a sexualidade e os corpos que se levantam contra tal discurso. Para isso é importante, num primeiro momento, trazer uma breve compreensão sobre o poder em Foucault.

## 2.1 Um pouco sobre o poder em Foucault e sua relação com a sexualidade

Foucault se propõe a analisar como se desenvolve a produção de certo tipo de saber sobre o sexo, não na forma de que a lei reprima os sujeitos, mas como o poder está inserido em todas as relações. Os discursos emergem e compõem um conjunto sistema no campo das relações de força. Nesse sentido, ele estabelece uma relação entre o discurso e o poder. Para Foucault, o discurso veicula e produz poder, assim como o reforça. Mas também, o discurso lesa, expõe, debilita e permite o poder ser barrado (FOUCAULT, 1988).

Sendo assim, Foucault apresenta o que para ele não deve ser entendido como poder. O poder não deve ser compreendido como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Assim como um “modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra (FOUCAULT, 1988, p.87)”. E por fim, ele não compreende poder como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo “sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro” (FOUCAULT, 1988, p.88). “A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais.” (FOUCAULT, 1988, p.87).

Em contrapartida, o autor apresenta o que ele entende por poder. Segundo Foucault, o poder deve ser compreendido primeiro “como a multiplicidade de correlações de força” que são inerentes, próprias ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização (FOUCAULT, 1988, p.87). Ainda complementa, dizendo que poder é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis.

Dito isso, Foucault apresenta um elemento próprio do seu entendimento de poder, que é a onipresença desse fenômeno. Para o autor o poder se produz a cada instante, em todas as relações sociais. Foucault afirma que o poder está em toda parte, pois está em todos os lugares; assim como ressalta que “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade

determinada.” (FOUCAULT, 1988, p.87). Ou seja, ela acontece e atravessa a tudo e a todos.

Nessa perspectiva, (Foucault, 1988) apresenta algumas proposições acerca do poder são elas: I - O poder não é algo ou alguma coisa, objeto ou pertence que possa ser tomado pra si como moeda de troca, é inerente ao ser. Não podemos simplesmente arrematar, coparticipar, não é algo que se prenda ou deixe evadir. O poder pode se cumprir a partir de vários lugares e em meio a relações distintas e transitórias; II - As relações de poder não estão ancoradas na exterioridade com respeito a outros tipos de relações como: “processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais, mas lhes são imanentes” (p.89) as relações de poder que não estão em posição de superestrutura. Ou seja, o poder ele não é externo, não está nas pessoas ou instituições, ele circula entre os discursos produzidos pelos sujeitos; III – “O poder surge de baixo às grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade de todos estes afrontamentos” (p. 90); IV – Sendo assim as relações de poder expressam intenções objetivas, pois não há exercício do poder sem que o mesmo alcance seus objetivos. Porém seus sujeitos não escolhem efetivar a ação do poder de forma individual, elas surgem de modo que ocorra a interação dos indivíduos.

Onde há poder há resistência? Posto isto, Ana Paula Rodrigues cita Michel Foucault na sua obra “Microfísica do Poder”, onde o mesmo diz que:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2004, p. 193 apud RODRIGUES, 2016, p. 12).

Sendo assim, partindo do entendimento de Foucault que os discursos produzem os sujeitos, para o autor o sujeito é configurado por meio de uma ordem social (discurso), pois esta seria a melhor maneira de controlar e sujeitá-lo às percepções da sociedade na forma correta de se relacionar na ciência, religião,

educação e sobre tais aspectos seria mais eficaz do que a repressão. (FOUCAULT, 1988).

Nesse sentido, (FOUCAULT, 1988) entende que a sexualidade funciona como um dispositivo de poder, essa construção social é protagonizada pelo cristianismo, como também pela ciência, que considera apenas os sexos biológicos como “divinos”, “dignos” e “normais”. Enquanto os “outros” são os anormais e que precisam ser punidos; tratados, ou até mesmo excluídos e descartados. Tais concepções acerca sexualidade reforçam um discurso hegemônico e sanitarista, baseado no “normal” e excluindo aqueles que não estão nos padrões ou normas estabelecidos.

É por meio da perspectiva histórica e genealógica que se percebe as arbitrariedades que hoje funcionam como códigos sociais inquestionáveis. É possível dizer que esta é uma das grandes contribuições de Foucault para pensar o assunto, além do fato de que ele capta a dinâmica do poder na sociedade também em termos de espaços e de veículos. Parte desta dinâmica, tanto histórica como discursiva, será abordada na seção a seguir.

## **2.2 Conflitos em torno do direito de existir na sociedade**

Apesar da resistência enfrentada ao longo da história pelos grupos homoafetivos, agravando-se com a adoção do modelo ocidental de família patriarcal, os grupos amorosos constituídos por um enorme guarda-chuva de diversidade vêm lutando por reconhecimento, direitos e inserção social.

Em 1869, com finalidades clínicas, Karoli Maria Kertbeny, da Hungria, criou o termo homossexualidade. O prefixo homo ou ‘*homós*’, advindo do grego indica semelhança ou igualdade. Quando empregado em referência à sexualidade de um indivíduo, ditará a prática de relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo biológico.

Em 1888, o termo heterossexualidade passou a ser empregado contrapondo a homossexualidade. A partir de então, este que também possui suas raízes gregas, advindo do termo ‘*heteros*’, significando diferente, define a atração ou desejo sexual por pessoas do chamado sexo oposto. Com a expansão da língua inglesa pelo mundo no século XIX, também surgem palavras denominativas como gays, os homens homossexuais, que tem por tradução feliz/alegre, e a retomada do termo

*lesbian*, no que condiz a homossexualidade feminina, “[...] em referência a Safo, a poetisa grega da Ilha de Lesbos” (ROUDINESCO, 2003, p. 182).

No século 18 e 19, o casal heteronormativo não ocupava o centro do sistema, pois ele cedia lugar para a intromissão de parentes, de vizinhos e da comunidade. A chegada da estrutura familiar na modernidade abre espaço para o amor se tornar o centro da vida familiar. Também a infância foi privatizada; assim, as crianças tornaram-se uma expressão do amor conjugal. Atualmente, a decisão de ter filhos relaciona-se mais às necessidades psicológicas e emocionais do casal do que a uma herança patriarcal (SEGALEN, 1999; GIDDENS, 1993).

Em contraponto a essa visão, Elias (1993) identifica que essa mudança da estrutura familiar se dará em processos de conflito social, entre o que se deseja e o que a sociedade espera, trazendo a ideia que o amor não é central, não é a base para que a sociedade se oponha nas questões tangentes ao desejo intrínseco de sua sexualidade. Os indivíduos, mesmo que em seu isolamento, também sentem os reflexos desse processo civilizador no qual a sociedade coage e reprime as ações anelos na humanidade. Esse processo, que envolve elementos de coerção social (DURKHEIM, 2000), também contribui para o curso da mudança histórica, concorrendo para a estruturação de determinados arranjos familiares e não outros.

Entre 1850 e 1933 houve um importante movimento na Europa de luta contra a criminalização dos homoafetivos, tendo evoluído paulatinamente tanto no antigo continente quanto no novo, conseguindo diversas conquistas, sendo a principal delas a descriminalização da sexualidade. Porém muitos estudiosos e movimentos LGBTQIAPN+ consideram a revolta de *Stonewall*, ocorrida em 28 de junho de 1969, em Nova York, como a grande guinada da luta por direitos civis e reconhecimento. A resistência de um grupo de gays e lésbicas à repressão policial levou a uma onda de protestos que marcou definitivamente a luta por direitos civis, reconhecimento e liberdade dos homoafetivos e mais tarde de todo o espectro de gênero atual. Dentre esses direitos podemos falar no direito a constituir uma família.

Para Sarraceno (1997), a família contemporânea caracteriza-se por uma grande variedade de formas e configurações, que legitimam a inadequação dos diversos modelos de tradição patriarcal, para compreender os grupos familiares da atualidade. O termo “família”, para antropologia, define um grupo social como modelo privilegiado, dentre vários possíveis e também concretos, oriundo no

matrimônio hétero monogâmico constituído por marido, esposa e filhos (as). Lévi-Strauss (1972) identifica que esta configuração de família nuclear judaico-romana, monogâmica e patriarcal, vem se privilegiando ao longo de toda historicidade.

Podemos considerar este modelo de família como universal a ser seguida, como exemplo para outras configurações distintas na sociedade? Wagner et al (1999) relata que essas mudanças reverberam nos padrões e na dinâmica de seus componentes, e essas relações vão se estabelecer através do processo de assimilação e construção do sujeito em um novo modo de se relacionar. Lévi-Strauss (1956) aponta diversas formas e configurações de famílias, como o povo banto. A forma de relacionar-se destas populações é constituída com a poligamia. Outro exemplo são os tupis caraíbas do Brasil central, outro povoado que destoa das normas da nossa sociedade. Nesta cultura existe a peculiaridade de o homem desposar das mulheres mesmo tendo consanguinidade com suas parceiras, assim nos revelando que não potencializa um modelo padrão e único na forma de constituir uma família.

Uziel (2007) defende que a utopia de rede em compatibilidade à família é otimista e inovadora, por associar novos matrimônios, vínculo de filiação e de semelhanças para se analisar as novas configurações familiares. Diversos pesquisadores como Mello (1999); Mott (2002); Heilborn (2004); Dias (2005); Zambrano (2006); Carrara e Simões (2007); Grossi (2007), entre outros passam a observar e voltam sua atenção para as relações homoafetivas, as quais começam a ascender e se tornarem visíveis na sociedade nas últimas décadas através dos movimentos LGBT<sup>8</sup> pelo direito e reconhecimento da existência conjugal no ambiente público.

É dentro destes novos arranjos que surge a “família homoparental”, propondo um modelo alternativo, no qual o vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo incluindo, também, os casos da parentalidade de travestis e transexuais. Tais uniões não possuem capacidade procriativa (no sentido biológico), embora seus componentes possam tê-la individualmente. (ZAMBRANO, 2006, p.14).

No caso das sociedades ocidentais, já no século XV, o dogma do cristianismo fortalece suas crenças e normas, e assim passa a condenar a prática homossexual e a estabelecer prescrições e proscricões ao ato sexual com pessoas do mesmo gênero, baseando-se na ideia de que haveria uma finalidade natural para o ato

---

<sup>8</sup> Esta sigla foi utilizada no ano de 2007.

sexual que seria a da procriação. Ao contrário do que desejaria o cristianismo, existem indícios de práticas sexuais por pessoas do mesmo gênero desde os primórdios (SPENCER, 1999).

Para Almeida (2019), a prática sexual entre pessoas do mesmo gênero era presente mesmo antes da colonização de outras sociedades, como as indígenas. Com a colonização, o que ocorre não é só a retirada do direito de territorialidade, mas também ocorre a perda da cultura e a liberdade de sua sexualidade. As leis da igreja católica buscaram aniquilar a riqueza cultural dos povos originários indígenas, fortalecendo seus dogmas.

Borrillo (2010) diz que o cristianismo protagoniza e desencadeia o preconceito contra os homossexuais, derivados de uma doutrina judaico-cristã, diante da qual essas práticas não estariam de acordo com os mandamentos de uma divindade. Perante essa divindade, essas pessoas estariam cometendo atos de transgressão, pecado, blasfêmia, profanação, perversão e violação. Essa ideologia se fortalece, e nos dias atuais essa dicotomia hétero-homo modifica a percepção da sociedade e a forma como convivem com a homossexualidade, conservando linearmente argumentos de homofobia. As estruturas conservadoras se fundamentam e impactam na organização da sociedade, mantendo um ambiente que dificulta a sociabilidade das famílias homoparentais em determinados grupos sociais, como as escolas que em sua maioria visam reproduzir a estrutura familiar cristã mantendo este dogma opressor.

A sexualidade vem sendo reprimida através de uma dominação política, cultural e religiosa cujos interesses foram protagonizados através do cristianismo de forma hegemônica, em nome de uma divindade. Este modelo de família tinha como objetivo afirmar que o sexo era único para procriação, acumular bens e fortalecer os padrões da família patriarcal. Segundo a bíblia cristã, em Gênesis 1:27-28:

Criou Deus, pois, o homem a sua imagem, a imagem de Deus o criou; homem e mulher, os criou. E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra.

A igreja cristã fortalece esses dogmas através da confissão, e o sexo é oprimido em nome de uma divindade, e a dominação cristã se perpetua até os dias atuais com o discurso do profano, pois, perante Deus, tais práticas sexuais que não

estão nos padrões heteronormativos não são aceitos (FOUCAULT, 1988). Ainda segundo a bíblia, no livro de Levíticos 18:22: “Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; é abominação”.

No início do século XVII se inicia a idade da repressão, marcada pela era Vitoriana, no início do desenvolvimento do capitalismo, que se caracterizou por sua rigidez de princípios moralistas e por uma solidez patriarcal, burguesa e política. Para Foucault (1988) o sujeito é configurado através de uma ordem social, pois esta seria a melhor maneira de controlá-lo e sujeitá-lo às percepções da sociedade, seja na forma correta de se relacionar de acordo com a ciência, religião e educação que teriam efeito mais eficaz do que a pura repressão externa. Séculos anteriores, houve centenas de anos de livre expressão em relação à sexualidade, os *corpus nus* não causavam escândalos para a sociedade e nem para as crianças. Mas, atualmente, várias exposições de arte sofrem censuras por causa do *nu artístico*. Fica evidente que corpo não é sexual, mas foi sexualizado, principalmente os corpos considerados femininos.

Nessa perspectiva, Foucault aponta que há cerca de 150 anos, foi instaurado um “complexo dispositivo” no intuito de produzir verdades a respeito do sexo, produzir discursos verdadeiros sobre o sexo. Para o autor, esse dispositivo está relacionado com a igreja (por meio da confissão) e com a medicina (pelos métodos da escuta clínica - psiquiatria; psicanálise), abarcando assim, amplamente a história. Foucault ainda complementa pontuando que a história da sexualidade deve ser entendida “do ponto de vista de uma história dos discursos” (FOUCAULT, 1988, p. 66).

Ainda no início do século XVII, essa opressão se deu em conjunto ao crescimento do capitalismo na era industrial, e com essa divisão o homem constrói a sociedade patriarcal de acordo com suas próprias crenças e ideologia hegemônica, e a mulher deixa de assumir o local de protagonismo sem o direito de construir a sociedade em conjunto, e com isto ela é posta em um lugar de submissão. No século XIV, surge o homossexual como categoria de análise, neste século nascem os primeiros referências científicas em torno da homossexualidade como categoria patológica perante o saber da psiquiatria, que vai determinar o comportamento sexual das pessoas por meio da identificação de “sintomas” como o tom de voz, vestimentas, comportamentos e as pessoas com que elas se relacionavam (FOUCAULT, 1988). Desde 1990, a homossexualidade deixa de ser doença no

Manual de Diagnóstico e Estatístico (DSM), mas, mesmo assim, a homofobia ainda persiste. Essa produção discursiva é construída ao longo do século pela influência do poder da igreja e da ciência. Essa historicidade se dá a partir da burguesia e a igreja, que constitui uma imposição de limite da sexualidade e todos que se opõem a essa heteronormatividade são vistos como contrários ao que seria o natural, limitando o ser humano em suas infinitas possibilidades a se encaixar em uma norma (BUTLER, 2017).

Se refletirmos sobre a educação de crianças em um lar cristão, existe grande possibilidade de que ela tenha ensinamentos ortodoxos e se tornará um adulto não só com conflitos interpessoais, mas também reproduzirá comportamentos de dominação em outras áreas de sua vida e na sociedade como um todo. Imaginemos uma criança que apresenta comportamentos de gênero e sexualidade distinta daqueles que a sociedade espera, será de suma importância que as instituições de ensino estejam preparadas para o acompanhamento e para a socialização dos alunos que estejam em posição distinta da esperada pela sociedade.

Este processo também funciona para a categoria gênero. Desde que nascemos, e mesmo antes disso, o gênero de cada indivíduo é imposto por comportamentos e ideologias sociais configuradas através de um sexo biológico (BUTLER, 2017). Exemplo disto são os chás de revelação, que através da descoberta do sexo do bebê é atribuída ao seu gênero, como cor, vestimentas, maneiras e formas de interação social em que cada indivíduo cumpre seu papel. Outro exemplo situa-se no campo dos comportamentos lúdicos: meninos brincam de bola e meninas brincam de casinha. Estes pensamentos trazem uma verdade que se reproduz por meio de um discurso social, vendido como natural, sobre a estrutura biológica humana, construindo uma verdade para gênero.

Se partirmos do pressuposto que ser gay é uma escolha, quando se escolhe ser hétero? Quando se escolhe ser homem ou mulher? Para Butler (2017), esse padrão de homem e mulher não é intrínseco do ser, trata-se de uma construção social. A sociedade vai criando o menino e a menina de uma maneira que eles performam esse gênero na sociedade e considera que toda pessoa ao nascer já é heterossexual. Não pensamos em destruir esse padrão hétero, mas é preciso considerar que existem diferentes padrões de gênero e que eles devem ser respeitados. Essa discussão está centrada na categoria da sexualidade e também de gênero, porém também podemos nos perguntar: Como será que essa

experiência de inserção numa escola é vivenciada por pessoas negras, portadores de deficiência, pessoas gordas ou até mesmo crianças negras e gordas em uma família homoafetiva? Seria a mesma experiência de uma família que não é gorda ou de uma família branca?

É certo que a palavra luta parece representar a trajetória das inúmeras pessoas que passarão suas vidas para ao menos tentar conquistar um lugar na sociedade, ou para buscar reforma-la em seus aspectos fundamentais. Ela ocorre de forma diária nos espaços, não se excluindo disto as instituições sociais como a família e a escola.

### **2.3 Famílias homoparentais e o controle do poder pastoral**

No início de 2011, aqui no Brasil, a corte do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, por consonância dos votos, a união estável entre pessoas do mesmo gênero (ROSA; BORIS; MELO; SANTOS, 2016). Outra grande conquista aconteceu no dia 14 de maio de 2013 com a Resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual impede que os cartórios de todo território nacional se recusem a legitimar a cerimônia de casamentos civis de casais do mesmo gênero, bem como a conversão da união estável em casamento.<sup>9</sup>

Destaco que tal conquista pelo reconhecimento da união estável por pessoas do mesmo gênero no Brasil se deu através dos diversos grupos de movimentos, representada e reconhecida atualmente pela sigla LGBTQIAPN+. Já não podemos legitimar e aceitar os estigmas acerca dessa população com base histórica, na qual a homossexualidade é vista e postulada como ato de promiscuidade, pois o direito concedido ao reconhecimento da união estável não se ancora apenas na biologia, mas no amor e afeto vivido entre eles.

Tal afirmativa citada anteriormente nos traz uma reflexão: para a heterossexualidade não se faz necessário esta afirmação como justificativa para que sejam legitimados seus direitos constitutivos. Sendo assim, fica perceptível que o Estado opera de modo dissemelhante para atribuir os mesmos direitos a estas pessoas, ficando evidente que quaisquer modo e prática de sexualidade distinta daquelas impostas através de normas sociais, faz-se necessário a justificativa na

---

<sup>9</sup> <https://www.conjur.com.br/2011-mai-05/supremo-tribunal-federal-reconhece-uniao-estavel-homoafetiva>. Acesso em: 02 Set 2022.

forma de relacionar-se para obter seus direitos enquanto cidadão. Tais direitos e práticas devem ser concedidas de forma igualitária, democrática e suficiente sem distinção de gênero (COSTA; NARDI, 2015; LOPES, 2014). O direito de constituir uma família que não abarca os padrões normativos impostos pelo cristianismo e sociedade ainda é visto como uma conduta desviante, imoral e pecaminosa. No decorrer desta pesquisa, trarei relatos por parte de um dos entrevistados os quais nos revela o quanto questões morais e condutas de preconceito inferem na ética profissional, quando se negam a conceder o direito de constituir uma família através do processo de adoção.

O anseio por constituir uma família por pessoas do mesmo gênero ainda é tido com muita hostilidade e recusa. Tal modelo familiar causa resistência, destoa dos padrões arraigados heteronormativos, segrega e atravessa ainda mais estas pessoas com desejo de constituir uma família com filhos (ROUDINESCO, 2003). Dados recentes mostram que o Brasil tem um número alarmante de crimes contra pessoas LGBTQIAPN+, o que reforça a ideia de segregação por conta do gênero, e assim fazendo com que muitas pessoas não constituam uma família com filhos, pois o medo é um sentimento vivido a todo instante, proferido por instituições e por parte da sociedade.

Segundo dados atuais, o Brasil assume o primeiro lugar dos países que mais assassinam pessoas LGBTQIAPN+, este dado revela que parte da população é norteadada por ideologias e crenças ortodoxas, fazendo com que o ser humano perca seu valor e sentido do direito a vida, e o de ir e vir quanto pertencente na sociedade. A ONG TGEU Transgender Europe, entre o ano de 2008 á 2018, fez um levantamento quantitativo de mortes a pessoas LGBTQIAPN+ a nível global, e revela um número assustador: Houve 1.238 vidas ceifadas devido ao preconceito aqui no Brasil (TGEU, 2018). Vale ressaltar que este número pode ser ainda maior, por não haver políticas públicas interessadas e engajadas em notificar e visibilizar esta população. Aqui no Brasil contamos com grupos de apoio como o Grupo Gay da Bahia (GGB), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), que vêm contribuindo com a elaboração de relatórios anuais desde o ano de 2017, mapeando o assassinato de pessoas trans em território brasileiro (ANTRA; IBTE, 2018). Ressalto que existem outros grupos e movimentos em nosso território, que também contribuem com outros trabalhos de mapeamento e apoio a população LGBTQIAPN+.

É graças ao empenho, esforço, trabalho e coalizão desses movimentos e Ongs, que mesmo a passos curtos esses grupos estão conseguindo inserir pautas indubitáveis de legitimação dos nossos direitos na sociedade. A ideia não é de fazer com que a sociedade engula a seco as diferenças, mas que haja total respeito sobre a vida humana e que de fato tenhamos direitos iguais. Na verdade a própria Constituição Federal de 1988 indica isso em seu texto:

O artigo 5º da Constituição de 1988 afirma que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

Porém, nosso contexto político atual reforça e incita cada vez mais a marginalização e segregação desses corpos que transitam na sociedade. O Brasil nos últimos quatro anos, de 2019 a 2022, foi presidido por um partido de direita, que trouxe ideologias e posicionamento conservadores que divergem das questões sociais coletivas, tendo como premissa conceitos cristãos e ortodoxos como indispensáveis para a sociedade. A liderança do ex-governo veio paulatinamente afirmando ideologias que dividem a sociedade, e o resultado disso é que a população passou a viver conflitos internos e polarizações político-partidárias, e que fez com que o ódio ganhasse espaço e outras possibilidades de diálogo e compreensão fossem excluídas.

Foucault, mais uma vez, é um autor interessante para compreendermos alguns dos elementos que relacionam poder, Estado e religião. Foucault (2008) afirma que para entendermos melhor a origem do governo dos seres humanos devemos voltar ao passado. Numa primeira análise ele nos revela a estruturação de um poder que ele chama de pastoral, e a segunda nos remete a condução de seu rebanho à utopia divina. Na primeira análise Foucault defende que no passado a figura do pastor representava o líder, e a população seria como seu rebanho. Essa estruturação mantém ligação com os dias de hoje, seja dentro de igrejas ou mesmo no cenário político, quando se pensa na figura de um presidente como um messias, ou quando se clama pela volta da monarquia ao Brasil. O poder pastoral é uma maneira de identificar as relações entre Estado e igreja que possuem vestígios até os dias atuais. Se ela parece não ser tão forte quanto antes, talvez o que difere seja apenas a maneira como ele se exerce e por quais mecanismos ele circula. Implícito, e explícito em alguns momentos, ele se mantém vivo.

Esta ideologia de poder pastoral foi protagonizada no Oriente e ainda se faz presente em outros territórios, incluído o dos povos Hebreus, que antes eram escravizados pelos egípcios, pois os mesmos adoravam a outros deuses. O termo cristianismo foi estabelecido após o nascimento de Cristo, e vale ressaltar que em cada crença a ritualística de pastorado tinha uma prática singular durante a posse de liderança. A todo pastor lhe era concebido a autoridade de conduzir e cuidar do seu rebanho não somente em aspectos sociais, mas também no âmbito espiritual.

Na estrofe de um hino no Egito diz: “Ó Rá, que velas quando todos os homens dormem, que procuras o que é benéfico para teu rebanho...” (FOUCAULT, 2008, p. 169). Analisando esse trecho do hino egípcio pode-se imaginá-lo em nosso cenário de liderança política atual? O presidente se coloca como subalterno de Deus e onipotente para a sociedade? O mesmo utilizou a frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, Slogan de sua campanha presidencial no ano de 2018. Conforme cita LIMA (2020, p. 121):

Em decorrência dessas colocações, destacamos que o slogan da sua campanha presidencial “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” remete a um dos lemas mais significativos do Estado Nazista “Alemanha acima de tudo”, e que frases como: “Nós somos um país cristão! Deus acima de tudo. Essa historinha de Estado Laico, não! É Estado cristão! E as minorias que se curvem!” e “Quero entregar um país muito melhor que recebeu do sucessor. Sigamos “João 8:32”: E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Essas e tantas outras frases ditas pelo Senhor J. B confirmam a faceta tirânica, fascista e Fundamentalista cristã do Senhor. J. B.

Sendo assim, líder-pastor de seu rebanho, subalterno, confiado e enviado de Deus para pastorear os homens. Ficando ele como o elo de Deus a proclamar as boas novas a toda sociedade? Tal aclamação por parte da sociedade líder-pastor-rebanho demonstra a estrutura de uma relação solidificada na religiosidade. Seria Bolsonaro o enviado de Cristo, salvador da pátria, o Messias do povo?

Uma fala que teve grande impacto social foi proferida pela ex-ministra da mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, que assumiu o cargo em Janeiro de 2019 até Março de 2022. A ex-ministra diz: “Meninos vestem azul, meninas vestem rosa”. Sendo ela subalterna de seu governo então presidido pelo Senhor Jair Messias Bolsonaro, fica claro como os costumes do passado se fazem presente na contemporaneidade e o modo como ele se perpetua estruturando a ideologia do poder pastoral (FOUCAULT, 2008).

Ainda que não estejamos na seção sobre as falas, que se registra no Capítulo 4, permitam-me ilustrar algumas das falas dos meus entrevistados nesta seção, pois elas se encaixam com algumas das discussões apresentadas. De início, mostrarei abaixo como um dos meus entrevistados percebia a conjuntura dos fatos que compunham a gestão do governo do então presidente Jair Bolsonaro:

*“Não podemos deixar de falar de política né, Jonas? Temos uma pessoa maravilhosa como presidente, estou sendo bem sarcástico, deixo isso bem claro. Um homem desses, doente e se eu pegar o DSM eu acho uns quinze transtornos psicológicos ou até mais. Aí me vem um pessoal totalmente hermético, preconceituoso, extremamente pensando na contramão. E se a gente pega uma Damares da vida, e pega aqueles conceitos, isso me deixa até arrepiado só de imaginar a cara daquela mulher falando, é uma coisa totalmente fora da realidade. Então põe abaixo todo um processo progressista de conceber um novo conceito. Quando estamos avançando um pouco vem uma gestão totalmente inoperante, totalmente fora da realidade e fora de um contexto, então é como se tivéssemos dado um passo para frente e cinco para trás.” (Jacó, 56 anos)*

Pela lógica do poder pastoral, sabemos que existe uma sexualidade considerada correta, moral, e esperada pela sociedade, e existem as “outras” sexualidades, cuja manifestação é encarada como uma transgressão às normas, pecado e etc. Para Louro (2001), o surgimento de novas identidades de gênero e sexual é julgada como um antagonismo que afetam a alma dos sujeitos. De modo frequente somos apresentados e condicionados sob essas identidades como um modelo seguro sobre o indivíduo. O fenômeno da heteronormatividade, que se compreende como a ideia de que o mundo funciona de maneira heterossexual, a partir da interação de dois gêneros legitimamente possíveis que se complementam, e o fenômeno da heterossexualidade compulsória, ou a ideia de que todas as pessoas nascem heterossexuais, são duas expressões de uma norma social que a coloca como aquilo que é correto e legítimo (MISKOLCI, 2012).

É possível observar este fenômeno pela luta e legitimação da configuração familiar por pessoas do mesmo gênero? Os indivíduos que destoam da heterossexualidade vão nascer e se criar em uma sociedade na qual múltiplas mensagens e discursos indicam o que é certo e o que é errado, fazendo com que as próprias pessoas se enxerguem como um problema na medida em que concordam tacitamente com essa percepção social.

Um dos entrevistados relatou como foi sua experiência em ter a ausência materna sendo sua família oriunda homoafetiva composta por um casal gay cis, do gênero masculino. Ele diz:

“A ausência materna nunca me trouxe a falta ou necessidade de afeto algum, até porque eu tinha avó, e outras figuras femininas, então recebi amor, compreensão, aceitação de todos e se existia alguma lacuna, essa foi suprida por elas.” (Dimitri, 23 anos)

Nessa perspectiva, notamos que muitas escolas não estão preparadas para acolher crianças, adolescentes e pais de família oriunda homoafetiva. Algumas escolas dizem respeitar, mas não aceitam a dinâmica da família em relação à sexualidade. A instituição escolar é tida como lugar educativo e estratégico à reflexão. Proferindo conceitos aos sujeitos e às práxis submetidas. Afirmando tal ideia um dos entrevistados relata:

*“Eu acho que a escola vive um cabo de Guerra, de um lado ela quer ser evoluída e entender esse novo conceito, mas a amálgama da vida anda na contramão desse novo conceito.” (Jacó, 56 anos)*

Segundo Grossi (2003), a sociedade naturaliza a questão da família normativa constituídas pelo sexo biológico, porque ela seria ideal para as fases de desenvolvimento de uma criança, a qual, em tese, dependeria de um modelo feminino e masculino para se construir enquanto ser autônomo. Porém, estudos efetuados a respeito da família têm explicado que o conceito é mais amplo, por existir outras configurações familiares. Mesmo Freud já indicava que as figuras paterna e materna são simbólicas.

Diniz e Borges (2007) apontam que a sociedade contemporânea, por meio de discursos fundantes normativos, atravessa famílias que destoam dos padrões normativos, padrões sociais impostos com base na cultura cristã. Um dos problemas emergentes é a associação feita de que o pai gay é um doente, e que irá disseminar sua homossexualidade aos filhos. Esse modo de pensar por parte da sociedade reforça e traz questionamentos acerca da construção familiar. Até que ponto para a sociedade nossa sexualidade pode influenciar nossos filhos a se tornarem LGBTQIAPN+? Seria ruim que isso acontecesse em primeiro lugar?

Foucault, nos ajuda a entender sobre a construção do sujeito acerca da insubmissão à submissão na direção da comunidade cristã. O cristianismo criou

hábitos entre seu rebanho, onde a obediência suprema e a confissão de pecados os levam a revelar o mais íntimo e particular de si. Essa prática nos mostra a aspiração no envolvimento do indivíduo tornando-se conhecida a percepção de cada um. Na perspectiva foucaultiana, Candioto (2012, p.105) aponta “segredos individuais, cuja finalidade era a extração de verdades interiores e escondidas na alma mediante a verbalização”.

A este ponto fica evidente, por meio de inúmeras passagens, que nossa sociedade estigmatiza as vivências de gênero e sexualidade que fogem do padrão. Não é diferente no caso da escola, e é justamente por saber disto na pele que me lancei a escrever este trabalho. Na seção seguinte falaremos sobre os elementos que fundamentam os caminhos metodológicos adotados neste trabalho, e logo após chegaremos às falas dos entrevistados para compreender como eles se vivenciam as inserções de seus filhos na escola.

### **3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E CAMINHOS DA PESQUISA**

Considerando as discussões e o objetivo principal proposto, a saber, o de investigar de que forma as famílias homoparentais são afetadas nas vivências e socialização escolar dos seus filhos, foi realizada uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, na qual se busca compreender os fenômenos a partir do olhar das próprias pessoas que os vivenciam. Foram entrevistados quatro pais homoparentais com filhos matriculados em escolas privadas de ensino fundamental do município de João Pessoa. Dos quatro pais dois são casados e atualmente vivem no mesmo âmbito familiar; o terceiro atualmente é pai solo; e o último adotou seus dois filhos quando estava em um relacionamento passado, seus filhos convivem com ele sob o mesmo teto. Também entrevistamos o filho de uma família homoparental, na qual o interesse era apenas de ouvir sobre suas experiências na escola. Todas as entrevistas foram realizadas em seu seio familiar, afim de que os participantes se sentissem mais confortáveis.

A escolha por investigar famílias homoparentais compostas por homens gays é reflexo da minha trajetória de vida, mas também devido ao fato de que haveria dificuldade em abarcar, num mesmo trabalho, experiências de pessoas de outros gêneros. A maneira como famílias compostas por casais de mulheres lésbicas, por

exemplo, pode variar em inúmeros aspectos. Ademais, o processo de seleção dos entrevistados aconteceu de forma espontânea, considerando minha prévia inserção em redes de contato com homens gays na cidade.

Por outro lado, é importante enfatizar que todos os participantes da pesquisa pertencem a classes econômicas mais elevadas, e tal restrição não era desejada. Durante nossas buscas incorremos na incapacidade de encontrar famílias homoparentais de baixa renda, talvez pelo fato de que, para assumir um processo de adoção, e mesmo para custear a criação de um filho, é necessário haver um poder aquisitivo mínimo. Isso nos leva a refletir sobre o direito ao exercício da paternidade nesses casos e como ele pode estar ligado a desigualdades econômicas.

Para as entrevistas foi elaborado um roteiro semiestruturado (Anexo b) para sistematizar as falas em torno de tópicos de interesse como: Calendário e datas festivas, como o dia dos pais e dia das mães. O roteiro de entrevista semiestruturada é uma entrevista com perguntas estabelecidas antecipadamente (BLEGER, 2011). Contudo, o entrevistador tem liberdade para inserir novas perguntas, caso necessite ampliar as respostas do entrevistado. As respostas foram analisadas qualitativamente com base nos autores e nos referenciais teóricos que abordam o referente tema.

Além disso, esse tipo de roteiro também abre caminho para o surgimento de outras pautas não previstas pelos pesquisadores. O objetivo era focar na análise subjetiva dos participantes, através das experiências vivenciadas com as Instituições de ensino e as sociabilidades com os demais pais, com destaque para as famílias homoafetivas, fenômeno deste estudo. Para isso, as perguntas foram escolhidas mediante discussões em sessões de orientação, e elas foram submetidas ao crivo de pessoas estudiosas de gênero e sexualidade no âmbito da sociologia, e de pessoas do grupo LGBTQIAPN+<sup>10</sup>, dentre os quais havia bissexuais e gays. Especificamente para um dos participantes, com pseudônimo Dimitri, utilizamos um roteiro ligeiramente diferente (Anexo c), pois este foi incluído na pesquisa por ser oriundo de pais homoafetivos, e não por exercer a paternidade.

Aos participantes foram atribuídos nomes fictícios baseados em figuras bíblicas, tendo em vista o fato de que há um discurso cristão que advoga para si o

---

<sup>10</sup> LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queers*, intersex, agêneros, assexuados, pansexuais, não binários e mais).

direito de dizer o que é certo e o que é errado, quais vidas estão no caminho certo e quais não estão. Ao atribuir estes nomes, quero enfatizar que nossas vivências também estão no caminho certo, pois desejamos apenas sermos tratados em nossa humanidade. A seguir, apresento uma tabela com dados dos participantes desta pesquisa.

Tabela 1 – Informações gerais acerca dos participantes da pesquisa

<b>Participantes</b>						
<b>Pseudônimo</b>	<b>Idade</b>	<b>Orientação sexual</b>	<b>Filhos</b>	<b>Membro Familiar</b>	<b>Profissão</b>	<b>Escolaridade</b>
Levi	45	Gay cis	02	Pai solo	Empresário	Superior completo
Jacó	56	Gay cis	02	Pai, divorciado	Psicólogo	Doutorado
Abraão	59	Gay cis	02	Pai, casado com Rafael	Professor	Superior completo
Miguel	41	Gay cis	02	Pai, casado com Abraão	Empresário	Superior completo
Dimitri	23	Gay cis	0	Filho	Cabelereiro	Ensino médio completo

Fonte: Autor.

O primeiro participante (LEVI), o conheci na academia onde treino. Em uma conversa paralela referente aos treinos e exercícios, surgiu o assunto que eu estava realizando uma pesquisa sobre famílias homoparentais. Logo então meu entrevistado revelou ter constituído uma família com a mesma configuração que a minha. Ele se prontificou a participar da pesquisa me concedendo uma entrevista e ressaltou que é muito importante a temática para que possamos cada vez mais ocupar espaços e legitimar nossos direitos quanto cidadão. Chegando ao local estabelecido pelo participante que foi em seu estabelecimento, suas funcionárias já me aguardavam, e quando entrei na loja mesmo sem me identificar logo me perguntaram se eu seria o rapaz da entrevista. Ofereceram-me água, café, e conversaram comigo sobre minha formação e o que eu estudava, foram bem atenciosas. Em seguida, fui chamado pelo Levi, que me levou até uma mesa muito chique no interior da loja. Percebi bastante entusiasmo em seu discurso, e o mesmo agradeceu por poder colaborar para a pesquisa, tendo em vista que se faz necessário falarmos mais sobre essas famílias que vem ganhando legitimidade no âmbito social e jurídico.

O segundo participante se chama (JACÓ), conheci através de um amigo, que também relatou sobre a pesquisa e perguntou se ele participaria por também ter constituído uma família homoparental. Chegando ao local indicado pelo participante que foi em sua casa, fui bem recebido e logo fomos para seu quarto que também me parecia ser compartilhado como seu ambiente de trabalho. Percebi que aquele espaço lhe traria mais conforto ao falar sobre suas vivências. O atual companheiro dele não participou deste momento. Ao término da entrevista, fui apresentado a sua família, filhos e companheiro atual.

O terceiro participante também conheci através da indicação de uma amiga. No local da entrevista, fui recebido pelo casal de pais, (ABRAÃO E MIGUEL) e por seus dois filhos adotivos, por uma das avós que mora com o casal, por sua filha de consideração, três cães dóceis e um gato. Todos estavam presentes em todo momento da entrevista, pois, a família preconiza por manter o diálogo aberto sobre a adoção e enfatiza a valorização da existência de cada membro familiar. Durante o momento em que estive presente, percebi todos muito alegres e participativos. Os meninos conversaram comigo, me trouxeram café, perguntaram se eu também havia adotado um filho, e meu filho foi convidado por eles para que pudessem criar laços de amizade. Percebi que aquele momento de fala, foi significativo para que eles pudessem contar sua trajetória de vida. Senti-me parte daquela família, são muito alegres e dinâmicos. Foi um momento muito especial para mim.

O quarto participante é filho de um casal homoparental, chamado de (DIMITRI), maior de idade, e passou por todo processo de aprendizado escolar até sua formação no ensino médio. Eu já o conhecia, e a escolha por ouvi-lo partiu do entendimento do quanto seria importante observar quais elementos surgiriam a partir de sua experiência sendo membro de uma família homoparental, e quais as suas percepções dentro da instituição de ensino. Ele frequenta o mesmo templo religioso que eu frequento, temos relação de irmão por assim dizer, de acordo com a hierarquia e doutrina do meu templo. Nosso ponto de encontro foi em nosso templo de candomblé, local escolhido pelo participante. Local esse que nos traz paz, lugar que nos abraça e nos legitima como membros e participantes de uma comunidade. Para mim pesquisador foi muito significativo ouvi-lo, pois as experiências vividas por ele me trouxeram uma nova percepção por quem de fato vivenciou possíveis enfrentamentos na instituição de ensino, sendo ele oriundo de uma família homoparental.

As entrevistas foram realizadas nos meses, 08, 09 e 10 do ano de 2022. Devido ao contexto pandêmico foram tomadas todas as precauções sanitárias para evitar a contaminação com o vírus da COVID-19, usamos máscara e álcool em gel por medidas de cuidado e precaução. Todas as entrevistas foram realizadas de modo presencial. Foi seguido de modo criterioso e ético as necessidades específicas para realização de uma pesquisa com seres humanos, sobretudo quanto a questões de voluntariedade e confidencialidade. Foi utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo d) para salientar os aspectos éticos aos participantes da pesquisa.

A coleta do material de todos entrevistados, realizada por meio da gravação das narrativas, resultou no total de 05h21min de entrevista. Logo após todo material foi transcrito para que pudéssemos analisa-lo de forma mais criteriosa.

Os dados coletados foram analisados considerando a perspectiva teórica do pós-estruturalismo, na qual se considera o papel da linguagem na construção da realidade social, e não apenas como mera ferramenta de descrição de um mundo “pronto”. Essa construção ocorre mediante relações de poder, na qual se veiculam formas arbitrárias de entender a realidade que vão se tornando verdades para os sujeitos (PETERS, 2000; FOUCAULT, 1996). Por exemplo, a homossexualidade se constrói, segundo Foucault (2017), como uma categoria patológica que precisaria ser identificada mediante um método científico, considerando os saberes da psiquiatria e psicologia, e religioso, por meio de uma confissão, para que houvesse a posterior correção da patologia. Na medida em que ela circula e repercute na sociedade como discurso ela se consolida como verdade. No entanto, cabe destacar que o próprio autor (idem, 2017) considera poder e resistência como faces da mesma moeda, e que, por isso, não é possível falar em uma tendência fatal ou determinística para o ser humano.

#### **4. AS FALAS E OS DESEJOS**

Quando perguntado sobre o desejo de ser pai, os interlocutores disseram:

*“Desde sempre, eu já sabia que queria adotar e esse era um requisito de quando eu me envolvia com alguém, já dava um jeito de perguntar o que meu futuro companheiro pensava sobre isso? Se a pessoa dissesse que não queria, automaticamente ela era descartada. Estou há 12 anos nessa relação e o M já trouxe esse*

*desejo de ser pai desde que iniciamos a relação.” (Abraão, 59 anos e Rafael, 41 anos)*

*“O desejo em ser pai sempre esteve presente, e em determinada fase da vida esse desejo ganha mais eco e respostas. Logo no início eu ficava na expectativa, mas depois eu fui relaxando e joguei no universo o meu desejo.” (Jacó, 56 anos)*

*“Eu acho que todo ser humano deseja ser pai, mãe, deseja constituir família. E quando eu decidi ter a minha, decidi por adotar, em nenhum momento passou por minha cabeça barriga de aluguel, e fui atrás de informações.” (Leví, 45 anos)*

Nota-se que o desejo de ser pai atende mais a uma certa normalização da família e a ideia de família completa passa pelos filhos. Soa como se os pais pensassem num certo enquadramento social que minimizasse sua orientação sexual, a qual supostamente lhes afasta do sentido de família. A chegada dos filhos parece re-situar os indivíduos no mundo da “normalidade”.

A noção de família patriarcal parece colocar o homem no controle das relações familiares, e o privilegia ocupando um espaço reconhecido como parte constituinte da sociedade. Este processo de naturalização também os direcionam a ocupar os meios de produção capitalistas, de modo que minimiza as novas relações e configurações familiares, assim como já mencionado anteriormente no início desta pesquisa. Como cita Foucault, a sociedade se configura através de uma regulação social, pois seria a melhor forma de controlar e reprimir as percepções da sociedade e conduzi-las na forma correta de estabelecer relações com base na ciência, educação, religião. Tais aspectos seriam mais eficientes do que a repressão.

*“Optamos gênero masculino por acreditarmos que seria mais fácil a interação, não que a menina não seja, mas foi uma questão mesmo de escolha” continua (Abraão, 59 anos e Miguel, 41anos).*

A escolha do gênero diz respeito a um medo de que os pais possam ser considerados socialmente como possíveis violadores de uma menina. Em relação à escolha de garotos, pesa nos pais adotantes a aposta que o filho não será um homossexual, uma vez que iria “imitar” o comportamento dos pais adotivos. São questões puramente inconscientes, mas que fornecem um registro destas escolhas.

Analisando o conceito de família clássica contemporânea, denota-se que há uma resistência no acolhimento e aceitação dessa nova configuração familiar e

indica que não será facilmente superado, pois ainda existem inúmeros paradigmas a serem desconstruídos em nossa sociedade. No final dos anos 70, as famílias começam a ganhar uma nova roupagem e perde espaço para o autoritarismo e surge um modelo mais igualitário e democrático. Logo após, surgem movimentos que reivindicam e potencializam a igualitariedade dos direitos humanistas, dentre eles os movimentos feministas. Por conseguinte, com o passar das décadas surgem novas configurações familiares como as monoparentais, que são constituídas pela mãe ou pelo pai, sendo viúvos, separados ou solteiros. E mais recentemente as famílias homoparentais, que ganham legitimidade e direito constitucional de formarem uma família através do processo de adoção. Embora nos relatos da adoção possa parecer como um processo simples, quando se parte para a prática, aparecem os entraves:

*“Havíamos entrado no processo de adoção, mas nunca chegava nossa vez. Falando com um aluno meu ele me orientou a dar entrada com a papelada na cidade de Caaporã, pois ele facilitaria todo processo por ter conhecimento político. Quando eu entrei com processo na primeira vara, a pessoa que nos atendeu logo de cara perguntou pela futura mãe, esta pessoa era evangélica, logo pensamos que seríamos vítima de homofobia e discriminação velada!” (Abraão, 59 anos e Miguel, 41anos)*

*“Entre na fila de adoção, passei três anos para ser chamado, fui visitar os abrigos.” (Leví, 45 anos)*

Na de outro interlocutor, percebemos como os valores culturais influenciam podem influenciar na forma de conduzir e aplicar a ética profissional, dificultando na resolução do problema e interferindo no direito da criança de acessar a educação, saúde e segurança, e o principal, estar inserida e protegida em um seio familiar.

*“A primeira menina que chegou pra mim, chegou numa caixa de sapato, até ela chegar a mim, já havia passado por várias pessoas, mas eu quis ficar com ela. No dia seguinte eu liguei no conselho tutelar e entrei com pedido de guarda provisória, e foi aquela história toda. Após trinta dias foi tirada a criança de mim, recebi voz de prisão, pois o próprio juiz era homofóbico, então quando ele me ligou disse: “você tem que entregar a criança em 24h, pois a criança chegou de forma irregular pra você”, indaguei como seria de forma irregular, pois, a criança chegou numa caixa de sapato e o senhor queria que eu a deixasse morrer lá dentro? O juiz responde: “mas você teria que procurar saber quem era a mãe da criança para ficar com ela”. Não sei quem é a mãe da criança, mas o senhor tem mais condições de saber quem é a mãe da criança do que eu! O juiz: “Entregue em 24h no abrigo, pois já estou emitindo sua ordem de*

*prisão caso você não entregue a criança”. Então isso pra mim foi uma coisa muito pesada, eu já estava com ela há trinta dias, todos já estavam apegados à criança... Entreguei-a para o abrigo e fui proibido de ver a criança, e ele me disse novamente que eu não poderia ver a criança.” (Jacó, 56 anos)*

Abraão e Miguel continuam descrevendo os problemas de sua adoção:

*Esse processo passou três anos, foi apenas protocolado e nunca saiu desse status. Então dei aula para um procurador da justiça que estava no curso que eu lecionava de psicologia, e em uma conversa paralela ele abraçou minha causa e foi investigar meu processo. Daí então, ele puxou o processo para a cidade onde atuava (CAAPORÂ), foi quando descobriram que o processo não havia sido feito de fato. Após um contato feito com a juíza do local da entrada do processo, foi descoberto que ao longo de todos esses anos o mesmo “havia sido escondido debaixo de um armário”.*

Com o surgimento desses potenciais atos discriminatórios, famílias acabam optando por outras vias de adoção. À adoção “a Brasileira” é uma tentativa de manter dentro do armário a nova família. No Brasil, essa via de adoção é considerada como um crime. Consiste em registrar um filho que não seja biológico, o pai assume a criança com o consentimento da mãe, pois é um modo mais rápido e menos burocrático para ter a criança. Para a lei, este processo não caracteriza a adoção, por não estar dentro das normas legais estabelecidas. Mesmo assim, muitas famílias viabilizam este tipo de adoção para não se implicarem com os possíveis enfrentamentos que possam a vir passar, como sofrimento psíquico, somatização do sofrimento e ansiedade, e possíveis enfrentamentos de preconceito.

Em se tratando de um momento de escolha, os pais adotivos desenvolvem um método próprio de “escolher” a criança: idade, gênero, etnia etc. Apesar de procurarem dar um ar de normalidade familiar entre pais adotivos e filhos adotados, a busca por minimizar as diferenças é uma constante. Essas diferenças e a escolha de gênero, que geralmente é o mesmo gênero dos adotantes, é uma tentativa de que a sociedade não os enxergue como possíveis violadores, tendo em vista que o gênero masculino potencializa a virilidade do que é tido e esperado como normal.

Há nos relatos dos pais uma tentativa de minimizar o fato de serem homoparentais e o impacto social deste fato:

*“Eu não tive dificuldade com a vara da infância e com a justiça, a maior dificuldade foi a social, as pessoas acham que podem opinar na vida do outro e saber o que é certo ou errado.” (Levi, 45 anos)*

*“Para nós é muito tranquila nossa família recebe e aceita fantasticamente, e olha que minha família era completamente homofóbica.” diz (Abraão, 59 anos e Miguel, 41anos)*

Na entrevista, é quase uma negativa de quaisquer traços de preconceitos em relação à nova formação familiar homoparental. Os relatos tentam a toda hora reforçar a normalidade que é parentalidade por parte da família, amigos e escola. Ora, se a família de Abraão e Miguel se mostrava homofóbica, não é pela chegada de um filho que irá deixar de sê-la. Em nenhuma das entrevistas os pais adotivos mostraram algum tipo de rejeição e preconceito.

Quase na totalidade também os relatos apontam para uma escola inclusiva, legal, abrangente e não sexista. Relatam alguns fatos aqui e acolá, mas sempre reforçando a ideia de que os filhos não sofreram quase nenhuma resistência.

*“Veio no livro uma tarefa para pintar e desenhar o modelo de família que mais se aproximava da família dele. Ele ficou na dúvida, não tem nenhuma família que se parece com a minha, fomos lá e fizemos o nosso modelo de família. Esse episódio nós levamos para a escola, não queremos exclusividade, mas existem outros modelos de família que não é o padrão e essas famílias não podem ficar de fora. A relação da escola conosco sempre foi de boa, tratamos de assuntos com eles e sempre somos bem recepcionados. Agora quando fomos colocar BM na escola, fomos a uma escola adventista, antes não era titulada assim. Quando falamos para a diretora que eram dois pais a diretora: **MEU DEUS, ISSO É UM ABSURDO**, na mesma hora saímos da escola e fomos à outra instituição.” (Abraão, 59 anos e Miguel, 41anos)*

*“A Coordenadora pedagógica mandou um recado dizendo que queria conversar comigo, ela inicio uma conversa sem qualquer conexão, chegou um momento que ela disse: “Seu filho está com comportamento inadequado, ele está pegando todos os meninos e baixando as calças para ver o pinto deles”. Nesta época o meu filho tinha cinco anos! Eu disse a ela: só com os meninos? Ela respondeu que sim. Pedi que me mostrassem a imagens das câmeras interna da escola, então ela diz: não, é porque foi no banheiro! Eu respondo: Então a senhora entra no banheiro para ver que os meninos baixam as calças dos outros meninos? Como você me prova isso? O que você realmente quer me perguntar? A senhora quer saber se durmo na cama com meu marido? Eu durmo sim! Tem algo mais que a senhora deseja perguntar? Ela me disse: não. Então pode preparar a transferência que eu não quero meus filhos aqui não. Ela diz: O senhor entendeu errado! Respondo: entendi exatamente o que a senhora queria me perguntar, agora não use meu filho para saber não, uma criança com esse comportamento ela vai ter o mesmo comportamento em qualquer lugar, seja em casa, parquinho, com os amiguinhos, e ele não tem esse comportamento, eu observo. Ela ficou foi curiosa em saber, pois ela viu que no registro de nascimento*

*havia somente o nome de um pai, eu não quero mais meus filhos aqui! Ainda acredito que a escola possa ter questionado a criança, e com certeza falou que tinha dois pais. Eles iriam refutar usando os dogmas da religião, que é pecado e que vamos para o inferno, então resolveram chamar o capeta, e eu fui. Na escola este foi o único episódio, se as outras escolas tem algum tipo de pensamento guardam pra eles.” (Jacó, 56 anos)*

*“Se você tiver um padrão de vida mais privilegiado que é o meu caso, a hipocrisia humana faz com que a gente não sinta o preconceito existente, pois estou numa classe social diferenciada. Pois o mesmo não acontece com pessoas que conheço e que vivem numa área menos favorecida, o preconceito é maior. Quando eu chegava a algumas reuniões de pais e mestres com meu companheiro na escola, assim como iam os pais e mães de outras crianças, Sempre percebia olhares estranhos, e isso me deixava desconfortável.” (Leví, 45 anos)*

Apesar de que alguns pais possam não perceber, as escolas não demonstrarem algum tipo de preconceito, devemos lembrar que a lei proíbe esta ação, mas o politicamente correto todos demonstram respeito, ficando velado quaisquer sinais de uma possível violação do direito atribuído a estas famílias. Não existe um lugar para garantir a diversidade, talvez à escola apenas aloje estes filhos e filhas num lugar mais reservado, aquele lugar destinado à exceção.

*“Eles são obrigados a nos aceitar mas é contra a vontade deles, Para eles seria mais confortável não nos ter lá. Como a questão da inclusão, você vai pegar um autista, um TDAH, Ir para escola perante a legislação ela tem que fazer um tratamento especial, A escola não gosta disso Mas ela se vê obrigada a isso. Então, esse papel antes não existiu e agora precisa, O diretor da escola vai dizer: Isso é frescura, mas vai ter que ter. A inclusão dos excluídos incomoda sobre todas as perspectivas, se é negro incomoda, se é família homoafetiva incomoda, se é TDAH incomoda, Então você tem que ser branco, de uma família heteronormativa e cristã.” (Jacó, 56 anos)*

*“Essas escolas de padrão como a **Maple Bear**, não coloco nunca meus filhos, principalmente o Benjamim, ele é negro, precisa estar num lugar onde se preocupem com a inclusão. Meu filho já foi chamado de Cirilo do Carrossel, e foi de forma pejorativa.” (Abraão, 59 anos e Miguel, 41anos)*

Ainda sobre o relato de agosto, esta percepção de raça aparece na fala de outro pai. Muitas escolas padrões parecem não se preocupar com a diversidade e questões raciais, pois ainda há relato sobre a percepção que le tem das escolas em relação a essa temática.

*“Percebo que o preconceito racial é muito maior que o preconceito afetivo. Parece que enquanto mais a criança é de uma família rica, mais mal educada a criança se torna nesse sentido. Já sofri vários preconceitos por meus filhos serem morenos. Eu migrei para uma escola mais simples, toda vez que meus filhos estudaram nas melhores escolas eu tive algum problema neste sentido, e há 3 anos eles estudam numa escola mais simples e não tenho esse tipo de problema. É como se nossos filhos não tivessem direito de estudar nessas escolas bilíngues, escolas de padrão, como se eles fossem raça pura, é quase um nazismo.” (Levi, 45 anos)*

Alguns pais têm convicções de que, por mais que o cenário ainda perpassasse por pessoas que de algum modo externarão preconceito, isto poderia ainda ser muito pior se as diversas configurações familiares não tivessem legitimidade jurídica, assim como a homossexualidade era tida como doença até o ano de 1992, essas famílias ainda não teriam o direito de constituí-las.

*“Devagar o mundo externo vai dando Uma nova configuração, Por que Hoje o S t f Já começou Já começou a legalização de muita coisa, de reconhecimento, e a partir da união civil homo ser reconhecida foi um marco, Isso Dá Pano de fundo para muita coisa E então muitos conceitos Tem que ser mudados a partir daí”. (Jacó, 56 anos)*

*“Ná época que adotei, havia pouco tempo que a justiça tinha autorizado casais homoafetivos ter o poder de constituir uma família, pois deixavam de ser famílias tradicionais e passavam a ser famílias parentais. A vara tem uma demanda muito grande desses casais, e uma demanda muito grande de crianças no abrigo precisando de uma família, então essa necessidade gerou uma abertura na lei.” (Levi, 45 anos)*

Quando pergunto aos pais se eles conseguem identificar o quanto o plano pedagógico versa sobre a diversidade e inclusão dessa configuração de família e de como a escola vem elaborando esses discursos de inclusão, principalmente pensando nas novas gerações. Pois o que assistimos recentemente no cenário político, reforça a ideologia que existe um padrão normativo a ser seguido e tido como hegemônico minimizando aqueles que não seguem esse padrão.

*“Não podemos deixar de falar de política né jonas! Temos uma pessoa maravilhosa como presidente, estou sendo bem sarcástico, Deixou isso bem claro, Um homem desse doente e se eu vou pegar o dsm eu acho uns 15 transtornos psicológicos ou até mais. Ai me vem um pessoal totalmente hermético, preconceituoso, extremamente pensando na contramão e, se a gente pega uma*

*damares da vida e pega aqueles conceitos, isso me deixa Até arrepiado Só de imaginar a cara daquela mulher falando, É uma coisa totalmente fora da realidade. Então põe abaixo todo um processo progressista de conceber um novo conceito, Quando estamos avançando um pouco vem uma gestão totalmente inoperante, totalmente fora da realidade e fora de um contexto, Então é como se tivéssemos dado um passo para frente e 5 para trás.” (Jacó, 56 anos)*

*“Estamos vivendo uma nova sociedade desses últimos quinze anos para cá, o novo causa espanto e interrogações, e dentro desse novo você encontra pessoas resilientes que tem uma aceitabilidade diferenciada, então temos que estar nesses lugares para que nossos filhos não sofram ou passem por constrangimentos e criem traumas futuro, achando que ele é diferente por ser de uma família homoafetiva. Nós os escolhemos e eles nos escolheram para sermos o grande guardião da vida deles.” (Leví, 45 anos)*

Não é muito comum que escolas abracem e assumam o compromisso de falarmos sobre diversidade e sexualidade nas escolas, não só a historicidade que a sociedade viveu e vive, mas também com afirmações ortodoxas que norteiam a maioria da sociedade. Na tentativa de sentirem como parte e membro da sociedade, os pais de alunos expressam como se sentem em relação ao reconhecimento de sua família, e o que as escolas fazem para tonar isso uma realidade igualitária.

*“Não, nenhuma das escolas que nossos filhos passaram está preparada, nós achamos que tínhamos mais acessibilidades, na escola menor, tudo é mais fácil.” (Abraão, 59 anos e Miguel, 41anos)*  
*“Tem muitas variáveis determinantes, não é só os professores que estão na escola, não é só a parte pedagógica da escola, mas também os pais que são coadjuvantes Dentro deste processo Que vão fazer o antagonismo Natural.” (Jacó, 56 anos)*

*“Hoje eu me sinto contemplado, pois já existe um novo calendário que fala **“A festa da família”**, e isso foi bom para que abrangesse outras famílias que não são constituídas apenas de um Homem e uma Mulher.” (Leví, 45 anos)*

Com base no último relato, percebemos que nem todas as escolas, ou grande parte delas, articulam essa possibilidade de modificar seu calendário de festividades como dias dos pais e dias das mães. Pergunto se eles se sentem contemplados pelo calendário atual escolar.

*“Não! Se tivesse o dia da família estaríamos todos contemplados. Quando a escola coloca caixinha o dia dos pais, o dia das mães ainda está em um processo que não cabe mais nos dias de hoje.*

*Chegamos a um patamar que isso não deve existir mais, tem que existir o dia da família. Pois temos outros membros que compõe e representa a família. No dia dos pais eu vou, porque eles querem ser incluídos, os filhos querem mostrar seus pais, no dia das mães a madrinha deles faz essa representação, então deixo o que for confortável para eles, para que lá na frente eles possam ter suas percepções. Mas essas percepções ainda são diferentes, é mais um conceito rebanho, onde é papai e mamãe, e esse contexto não é passado por nós. Eles têm ciência do processo de vida deles e que automaticamente serão excluídos caso falem abertamente sobre isso.” (Jacó, 56 anos)*

*“De jeito nenhum, apenas no dia dos pais que somos contemplados, por essa razão e também pensando em outras configurações de família que somos a favor do dia da família.” (Abraão, 59 anos e Miguel, 41 anos)*

Bem sei que, como pesquisador, devo permanecer em posição de certa distância, mas de fato esse foi um dos momentos que mais me chamaram atenção. Não é nada fácil enfrentar toda uma estrutura, uma construção histórica para nos legitimarmos. Aqui fica muito claro a teoria de Michel Foucault sobre o poder, pois onde tem resistência também haverá poder. Mas acredito que também exercemos poder quando nós resistimos a todo esse processo ortodoxo e patriarcal, que mesmo a passos curtos vamos naturalizando o que já de fato é natural para nós que vivemos constantemente por esse processo. Resistência é uma forma de poder.

*“Acredito que as escolas não têm feito nada para contemplar essa configuração de família, são hipócritas, dizem que fazem, mas não fazem. Não tenho conhecimento de escolas que promovam discursões sobre diversidade e diferença. Ser diretor de escola é muito difícil.” (Jacó, 56 anos)*

*“Eu como professor eu abordo muito essa discursão, mas não vejo isso nas instituições. Terceira pergunta: Eu capacitaria os docentes para que elas usassem o processo de inclusão. Reunião de pais, e gestão participativa dos mesmos.” (Abraão, 59 anos e Miguel, 41 anos)*

*“A diretora da escola sabendo que somos uma família homoafetiva, logo se preocupa em suprir essa necessidade de igualdade e não deixa com que meus filhos se sintam diferentes. O olhar da diretora é tão diferenciado que você se sente acolhido, abraçado, É incrível. Temos em que estar cercado por lugares e pessoas que te vejam desta forma, igual. Então eu não preciso ensinar a ninguém a forma de enxergar a minha família como minha família, pois já somos uma família, Que por direito ela já é.” (Leví, 45 anos)*

Agora o outro lado e a percepção de Dimitri, que atualmente possui 23 anos, e que completou o ensino fundamental e médio em escolas públicas. Filho adotivo de pais homoafetivos. Peço, inicialmente, para que relate como foi sua chegada até sua família:

*“Quando minha mãe engravidou, procurou meu pai biológico e ele achou que fosse o golpe da barriga, e logo após teve o abandono. Eu sei dessa história porque ela deixou uma carta contando tudo bem detalhado, infelizmente essa carta se perdeu ao longo dos anos. Ninguém da minha família biológica me aceitava, diziam que assim que eu nascesse me colocariam na caçamba do lixo. Todos pediam meu aborto, minha mãe seguiu com a gestação, porém ela já queria me doar. Através da enfermeira que participou do meu parto disse a minha mãe que tinha uma pessoa que talvez quisesse, foi quando meus pais me aceitaram.” (Dimitri, 23 anos)*

Lastimosamente pensamos em quantas histórias se repetiam e se repetem ainda no Brasil. Apesar dos percalços e limitações no processo de adoção, hoje o sistema jurídico possibilita que outras configurações familiares constituam sua família, dando-lhes amor, cuidado, e dignidade. Pergunto a Dimitri como foi seu processo e adoção.

*“Sendo que eu fui registrado como adoção a Brasileira. No meu registro está o nome de um dos meus pais, e o nome da advogada que assessorou paiinho, pois nenhum cartório queria registrar no nome dos meus dois pais. Mas eu não tenho contato com essa advogada, e hoje eu quero incluir o nome do meu outro pai.” (Dimitri, 23 anos)*

O processo de adoção a Brasileira se torna ilegítimo de acordo com o código penal do nosso país. Porém muitos pais, por muitas das vezes na tentativa de acolher e tirar a criança de tal necessidade de marginalidade, preferem não procurar a justiça, pois demandaria muita burocracia, e na maioria dos casos o vínculo afetivo sobrepõe qualquer risco e problemas posteriores com a justiça. Pergunto quando ele percebeu que a sua família era homoparental:

*“Por volta dos dez, doze anos de idade. Quando somos mais novos, não temos a mentalidade de entender bem as coisas. Passei a perceber que meus amiguinhos tinham pai e mãe, e no meu caso eram sempre dois homens pra tudo. Era pra tudo na escola, festinha, dai fui assimilando as coisas, e passei a entender que tinha dois pais.” (Dimitri, 23 anos)*

Neste relato fica evidente que as questões de gênero e de sexualidade constituem um processo histórico construído pela sociedade e seus interesses normativos. A criança não constrói percepções aleatórias, isso é ensinado para elas. Ninguém nasce racista, homofóbico e etc. Anteriormente eu relatei uma experiência vivida por mim quando a amiga de classe do meu filho pediu a sua mãe para ter dois pais. Percebemos que as escolas reproduzem e ensina às crianças aquilo que é de interesse para uma classe dominante, se tornando então o gênero e sexualidade um dispositivo de controle. Dimitri ainda relata:

*“Recebemos a carta comunicando sobre a festa, e naquele dia de fato eu percebi que eu era o único que tinha dois pais, que minha família é constituída por dois homens. Emocionalmente eu me senti bem, mas perante as pessoas e a sociedade era esquisito. Sempre houve estranheza das pessoas em nos ver como uma família, porém era tudo velado. Sinto-me muito realizado por ter dois pais, mas os olhares estranhos e dúvidas sempre vão existir.” (Dimitri, 23 anos)*

Pergunto se ele se ele já vivenciou alguma cena de preconceito na escola por conta de ser filho de dois homens:

*“Sim, passei por uma situação muito chata com uma colega de classe, eu tinha 14 anos. Estava perto da formatura de conclusão, na escola todos sabiam que eu tinha dois pais, pois eu já estudava nessa escola há 4 anos. Na hora do recreio a professora passou em sala só para perguntar quem era os membros da família que viriam para a festa, foi quando eu disse que seriam meus pais. **A menina disse: Como assim dois pais? Olha gente, são três gays dentro de casa, dois gays mais velhos e ele o gayzinho menor!** Minha reação foi de pura raiva, não por mim, mas por ter desrespeitado meus pais na frente de todos. A diretora chamou os pais dela, os meus pais também, a diretora não aturava injustiça. Os pais dela ficaram abismados, pois na família dela tinha homossexuais. A menina foi suspensa por alguns dias e nunca mais houve esse tipo de situação na escola. Fora da escola já aconteceram mais episódios, mas na escola foi somente esse. De todo meu convívio escolar, em todas as escolas que passei sempre fui o único filho de pais homo, sempre estudei em escola pública. Sempre foi impactante quando as pessoas nos viam como família, mas era velado.” (Dimitri, 23 anos)*

Percebemos que a presença de diversas configurações familiares, gênero e sexualidade geram conflitos pelo simples fato de estar ali. Mas se torna necessário

resistir para existir e se tonar notável, ocupar os espaços e dar mais legitimidade aquilo que deveria ser natural. Apesar das leis que defendem o direito de igualdade, tudo parece acontecer de forma disfarçada, tudo é velado. A cerca do preconceito e estigma, Dimitri relata como era sua relação e socialização com os colegas de turma. Ele se denomina homossexual, e como essa identidade era percebida pelos pais e alunos:

*“Esse processo era muito perceptível, a existência do preconceito, minhas amizades sempre foram com as meninas, e pouquíssimos meninos. As pessoas e principalmente os pais, tinha aquela coisa, afasta, não queira muita amizade, vai que te coloque no caminho também, vá que te desvie. Em festinhas, eu sempre era convidado quando era pra festa das meninas, os pais delas eram mais sociáveis.” (Dimitri, 23 anos)*

Em vários momentos senti que isso o atravessa bastante, pois a falta de maturidade e entendimento de como o preconceito emergia lhe trazia vários sentimentos. Penso que é muito similar aos *Outsiders* e estabelecidos, estar num espaço que é seu por direito e ao mesmo tempo não ser aceito por normas construídas socialmente traz muitos questionamentos acerca da sociedade e de como podemos romper com as barreiras do preconceito, e como a escola tem trabalhado para que se atenuem essa ideologia normalizadora e discriminatória.

*“A escola não está preparada, existe muito preconceito, as pessoas não veem com bons olhos, onde apenas pais heteronormativos são capazes de dar amor, educação, a escola aceita porque elas são obrigadas, essa configuração nunca será normal”. (Dimitri, 23 anos)*

Há nos relatos a presença de muito amor e afeto para com seus filhos, pois o desejo da paternidade por processo biológico deixa de ser central e é ocupada pelo amor e o cuidado para com a vida humana. Gerar um filho é apenas um processo da natureza que foi concebida a mulher para que pudéssemos chegar ao mundo. O amor transcende qualquer norma, seja da biologia ou de qualquer outra teoria. (SEGALEN, 1999; GIDDENS, 1993). Ainda no contexto sobre inclusão e diversidade, como é percebida por Dimitri as estratégias da escola para minimizar o preconceito e estigma dessas famílias oriundas homoparental:

*“A escola não procura saber sobre a estrutura familiar dos alunos, então o planejamento das festas escolares já tem aquele padrão de família normativa, é como se fosse uma regra, pai e mãe. A escola pensa sempre no que seria normal, a escola sabe que existem configurações de famílias diversas. Quando eu estudava não, deveria existir. As pessoas tem que começar a respeitar e aceitar as diferenças, a educação é a base para que sejamos melhores. Com educação tudo muda.” (Dimitri, 23 anos)*

E completa sua fala sugerindo para as escolas:

*“eu procurava saber mais sobre a história dos meus alunos, da estrutura familiar, fazer um plano para que abordassem a temática sobre a diferença, investiria na inclusão, conscientização, respeito e empatia. Meu desejo é que todos pudessem viver em harmonia.” (Dimitri, 23 anos)*

De maneira geral, os relatos exprimem vivências de conflito com os espaços escolares, assim como infelizmente esperávamos. Assim como foi indicado no decorrer deste trabalho, tais relatos ganham sentido quando são observados dentro de um ponto de vista histórico. Eles não são aleatórios, do contrário se repetem e infelizmente continuarão a se repetir enquanto os discursos de controle forem dominantes na sociedade. O poder circula e formata relações, mas ele jamais consegue anular os sujeitos por completo. Nos relatos é possível perceber movimentos de resistência e questionamento, pontos de fuga e ranhuras nas estruturas que falharam em formata-los ou condicioná-los a um comportamento alinhado com as expectativas sociais. Durante minha vida busquei apagar minha homossexualidade por ter sido alvo deste discurso, principalmente dentro dos momentos em que tinha uma vida religiosa cristã. Nada disso foi suficiente para apagar minha sexualidade, e certamente não será suficiente para apagar as sexualidades e vivências das pessoas que se confrontam com o controle social.

A noção de estigma também é visível e é utilizada como ferramenta para manter vivas as normatizações. Ela é um dos componentes do dispositivo da sexualidade descrito por Foucault, assim como a confissão, as proposições científicas, as construções e arquiteturas, as percepções, e os elementos que ironicamente buscam garantir o comportamento “naturalmente heterossexual” dos sujeitos.

Por fim, é útil e importante destacar como o discurso sobre a sexualidade fica visível, se considerarmos a forma como Foucault (1996) conceitua este fenômeno. O

autor indica que discurso é principalmente um efeito de rarefação, pois não se pode dizer tudo em qualquer lugar. É pelo controle do dispositivo que se mede o que pode ser dito, e por dito devemos compreender também os comportamentos e quaisquer elementos que transmitem mensagens de forma não verbal. Pelo controle existe a manutenção de uma determinada forma de pensar, um “certo” e um “errado” ligados a puras arbitrariedades. É perante este discurso que os entrevistados se colocam enquanto resistência. O discurso, como é colocado por Foucault, não é proferido pelos sujeitos, mas, antes, se manifesta neles. É por meio disto que as falas ganham sentido.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Completar esta jornada me fez experimentar inúmeras sensações e sentimentos como euforia, espanto, preocupações, e em alguns momentos também sentimentos de prazer, satisfação e resiliência. Este estudo me permitiu alcançar lugares e conhecimentos que na vida cotidiana possivelmente passariam despercebidos. Temáticas tão relevantes para construção do saber para mim enquanto pesquisador, e também para a sociedade, que mereciam aprofundamento teórico e seletivo ainda mais dedicados. Inquietações que, por muitas vezes, promovem o sentimento de que poderia ter feito mais, mas chegar até aqui também me fez compreender que não somos onipotentes, e nem quase tudo depende apenas de nós.

Os momentos de euforia me serviram como propulsores para que eu pudesse tornar esta pesquisa uma realidade, pois é de grande satisfação pessoal poder contribuir com a minha história não só para o mundo acadêmico, mas também para a sociedade. Ser resiliente neste processo é se deparar com o objeto de pesquisa e tentar manter certa distância daquele sentimento que também atravessa o pesquisador. Com a pesquisa pude perceber como ideologias históricas podem perpassar a sociedade e, ao mesmo tempo, estigmatizar pessoas sem que elas se deem conta disso.

Concluir esta pesquisa foi de um aprendizado enriquecedor, passei a olhar por outra ótica, não a do senso comum, como que gênero e a sexualidade são entendidos e ensinados aos alunos nas escolas através do processo histórico e

cultural. Antes deste estudo eu entendia que toda segregação acerca da sexualidade era apenas por puro prazer, e que essas projeções eram frutos de recalques mal elaborados vividos na infância. Com um olhar sociológico pude compreender que a realidade em que vivemos também é fruto de arranjos e configurações sociais, de relações históricas que produziram maneiras de se entender as coisas. Hoje é fácil perceber como a sociedade se relaciona de forma tão próxima com nossas vidas em particular, constituindo até mesmo nossas maneiras de pensar, aparentemente se colocando como individuais à primeira vista.

Esta pesquisa tem como base a teoria foucaultiana. Seguindo esta perspectiva, entendo que as identidades não abarcam a diversidade como um todo, tampouco conseguem definir o sujeito socialmente, que é por excelência múltiplo. Porém se faz necessário assumir identidades para que cada grupo legitime e garanta seus direitos, embora muitos ainda não consigam usufruí-los. Assim como a lei, a identidade é móvel e temporária.

Penso que as identidades, apesar de servir para legimitar os sujeitos e terem seu determinado valor na sociedade, me parecem uma padronização, pois cada qual deve estar numa caixinha. Esses padrões exprimem padrões de cuidado de si e do outro, ou elas se constituem muito mais como um conjunto de técnicas articuladas com a finalidade de estabelecer normas e padrões? Tal é o fenômeno da sujeição descrito por Foucault. A criação de identidades aprisiona, cria brechas para sustentar, mantêm o controle e o poder de uma classe em detrimento de outra, ainda que tal controle não seja determinado a se manter. Como também indica Michel Foucault, o poder estará presente em toda relação entre pessoas, ele emerge de vários modos, o poder é variado.

Nesta dissertação, trago a discussão para o entendimento lógico de como as crianças eram enxergadas e tratadas no Século XII, traço o marco histórico de como aconteceram às transformações ao longo de toda história até a contemporaneidade.

A criança não tinha um valor social, a própria família tinha um olhar de cuidado sobre eles. Ainda muito pequenos, já eram tratados com adultos. No século XIII, o cristianismo passa a dar legitimidade e reconhece a fragilidade da criança. Logo as crenças pastorais e ortodoxas passam a normatizar as famílias. Logo a sexualidade se torna dispositivo poder, e a igreja logo tem o controle. Já não se pode mais praticar o sexo de forma livre, pois tais práticas que estejam fora das normas de Deus, logo o cidadão eram condenadas pela força de uma divindade.

No fim do século XVII, a aprendizagem também passa por transformações nas escolas, e o pastoral também passa a ter controle sobre os alunos e na forma como a moralidade delas devem ser construídas para viverem em sociedade. Assim compreendo como a igreja cristã tem forte influência em normatizar a conduta moral da sociedade.

O preconceito também aparece como elemento que marca esses corpos por suas diferentes formas e modos de exercerem suas sexualidades. A escola funciona como dispositivo de poder e docilização desses corpos, normatizando e ensinando-lhes as ideologias fundantes normativas que permearam toda a historicidade, desde a idade média até a contemporaneidade.

O sujeito que foge a norma será vigiado e possivelmente punido, e quase que em absoluto não se pode escapar desses mecanismos. Mesmo com normas constituídas, parece impossível barrar o preconceito e seus efeitos causadores. Percebo que as crianças parecem não entender bem sobre essas normas, e acabam rompendo com o preconceito de forma natural, que a elas é intrínseca por sua natureza. Entendo que a norma aprisiona, segrega, limita o sujeito ao cuidar de si. Portanto, a heteronormatividade tensionará os sujeitos nesses espaços, se existe preconceito para com aqueles que destoam da “norma” é porque existem sujeitos que promovem essa tensão. Os espaços devem ser ocupados por essa diversidade, até porque é impossível limitar a sexualidade, o poder é relacional.

A sexualidade constrói poderes e saberes, a heterossexualidade foi criada para se estabelecer como norma histórica, cultural e social. Ela imprime um modelo hegemônico se sobrepondo as outras, e age de modo como exemplo perfeito a ser seguido, como se fosse o normal e as demais como a bastarda. A heterossexualidade imbui uma lógica comportamental sobre os corpos independente do gênero, mas com a ideologia binária docilizadora sobre a dinâmica desses corpos. O poder também atravessa os corpos na tentativa de controlá-los, é inevitável não perceber que corpos “estranhos” ou fora do “padrão” estão por todos os espaços, instituições, e que são livres para ir e vir. Pois já não é mais possível pensarmos e agirmos por uma categoria única e legítima.

Portanto, defendo que não há como mais sustentar a ideologia heteronormativa como modelo normativo nos espaços escolares. A categoria parece não mais sustentar e abarcar toda diversidade. Não estou aqui militando em detrimento de outra, longe de mim qualquer pensamento ou atitude para tal. Esta

pesquisa nos mostra que as instituições escolares não podem se limitar as ideologias fundantes que precarizam e colocam no armário a diversidade de sujeitos que parecem não terem espaço ou direitos.

Portanto, o sujeito é capaz de cuidar de si, ocupar espaços, e viver sua história sem que as barreiras normativas castrem seus desejos. É muito importante que cada sujeito possa ser livre para viver suas experiências sexuais e de gênero, pois são fundamentais para o conhecimento e o cuidado de si. Se o sujeito é o destino do controle, ele também é a fonte de mudança.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Vitor Santos. **Impressões sobre homossexualidade nas culturas indígenas: o Movimento LGBTQIA+ e a juventude indígena**. 2019. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. [reimpr.]. Rio de Janeiro: LCT, 2012.

BENEVIDES, Bruna; Nogueira, Sayonara Bonfim. 2019. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasil. pp-2-60. Disponível em: <[https:// antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf](https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf)>. Acessado em: ago. 2022.

BÍBLIA SAGRADA. **Gênesis 1:27-28, Levíticos 18:22**, Português. Versão Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana, 1994.

BLEGER, José. **Temas de Psicologia – Entrevistas e Grupos**. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2011.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. FGV Editora, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 de Setembro de 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Vidas Precárias**. Dossiê Diferenças e (Des) Igualdades. Trad. Ângelo Marcelo Vasc. Contemporânea, nº1, p. 13-33. Jan./Jun. 2011.

CANDIOTTO, Cesar. A prática da direção de consciência em Foucault: da vida filosófica à vida monástica. In: CANDIOTTO, Cesar (Org.). **Foucault e o cristianismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 93-110.

CARMO, Andréia Nascimento. MELIAN, Valdivina Telia Rosa de. MEDEIROS, Valéria da Silva. Cinderela na Vitrine de Cristal. In: BIEGING, Patrícia; AQUINO, Victor (Orgs). **Consumo**: imaginário, estratégia e experiência. São Paulo: Pimenta Cultural, 2015, p. 102-117.

CARRARA, S.; SIMÕES, J. A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cad. Pagu** [online]. 2007, n. 28, pp. 65-99. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/05.pdf>> Acesso: 20. Out.2022

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. 748 p.

COSTA, A. B.; NARDI, H. C. O casamento “homoafetivo” e apolítica da sexualidade: Implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, 137-150, 2015.

DIAS, M. B. **União homossexual**: o preconceito & a justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

DINIZ, A. G. R.; BORGES, C. A. M. Possíveis interlocuções entre parentesco e identidade sexual: paternidade vivenciada por homens homo/bissexuais. In: GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. Org. **Conjugalidade, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Ed. Martin Fontes, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. Trad. José T. C. Netto. São Paulo: Perspectivas, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3 Ed. Trad. Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT. **Segurança, território, população**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Sociedade Punitiva**. Trad.: Ivone C. Benedetti. 1. ed. São Paulo: Ed: WMF Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad.: Raquel Ramallete. 42. ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 1**: a vontade de saber. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREUD, Sigmund. **Três Ensaio sobre as teorias da sexualidade**. Trad. J. Salomão. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. Análise fragmentária de uma histeria. **Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud** (Vol. VII). São Paulo: Companhia das letras, 2016.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Trad. Mathis Lambert. Disponível em <[https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma\\_notas\\_sobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/goffman,erving.estigma_notas_sobreamanipulacaodaidentidadedeteriorada.pdf)>. Acesso em 07 fev. 2023.

GOMES Filho, Miguel. **O cuidado de si:** práticas de liberdades nos processos de subjetivações. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

GROSSI, M; UZIEL, A.P.; MELLO, L. Org. **Conjugalidade, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis.** RJ: Garamond, 2007.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **Cadernos pagu**, v. 21, p. 261-280, 2003.

HEILBORN, M. L. **Família e Sexualidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2010:** Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: Rogério Diniz Junqueira. (Org.). **Diversidade sexual e educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009, v. 32, p. 13-51.

Lévi-Strauss (1972). A família. In: SHAPIRO, H. L. **Homem, cultura e sociedade.** São Paulo: Fundo de Cultura, 1956.

LIMA, Cinthia Almeida. “BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS” Considerações sobre o fundamentalismo cristão e o fascismo. **O Manguenzal**, revista de filosofia, janeiro-junho, v.1, n. 5, p. 109-125, 2020.

LOURO, G. L. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Crédito, 2000, p. 07-34.

MELLO, L. **Família no Brasil dos anos 90**: um estudo sobre a construção social da conjugalidade homossexual Tese (Doutorado). Brasília (DF): Universidade de Brasília, 1999.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora – UFOP, 2012.

MOTT, L. **O crime anti-homossexual no Brasil**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002.

MOTT, Luiz. Pedofilia e Pederastia no Brasil Antigo. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OSÓRIO, Antônio do Carlos do Nascimento. Escolarização: pacto de silêncio pela indiferença. In: OSÓRIO, Antônio do Carlos do Nascimento. (Org.). **Diálogos em Foucault**. Campo Grande: Ed. Oeste 2010, (p. 135-158).

PETERS, Michael. **Pós-Estruturalismo e filosofia da diferença**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PISCITELLI, Adriana. E. Gênero: a história de um conceito. In: Heloísa Buarque de Almeida; José Szwako. (Org.). **Diferenças, igualdade**. 1 ed. São Paulo: Berlendis e Vertecchia Editores, 2009, v.1, p. 116-150.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SEGALEN, Martine. **Sociologia da Família**. Rio de Janeiro: Terramar, 1999.

SILVA, T. T. **Documentos de identidades**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade como questão política e social. In: ALMEIDA, Heloísa B. de; SZWAKO, José. (Org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 150-192.

SIMONSEN, Michèle. **O conto popular**. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SPENCER, C. **Homossexualidade**: uma história. Trad. Rubem M. M. trad. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 1999.

TGEU. 2018. **Transrespect versus transphobia worldwide**. Transgender Europe. <[transrespect.org/wp-content/uploads/2018/11/TvT\\_TMM\\_TDoR2018\\_Tables\\_EN.pdf](https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/11/TvT_TMM_TDoR2018_Tables_EN.pdf)>. Acessado em: ago. 2022.

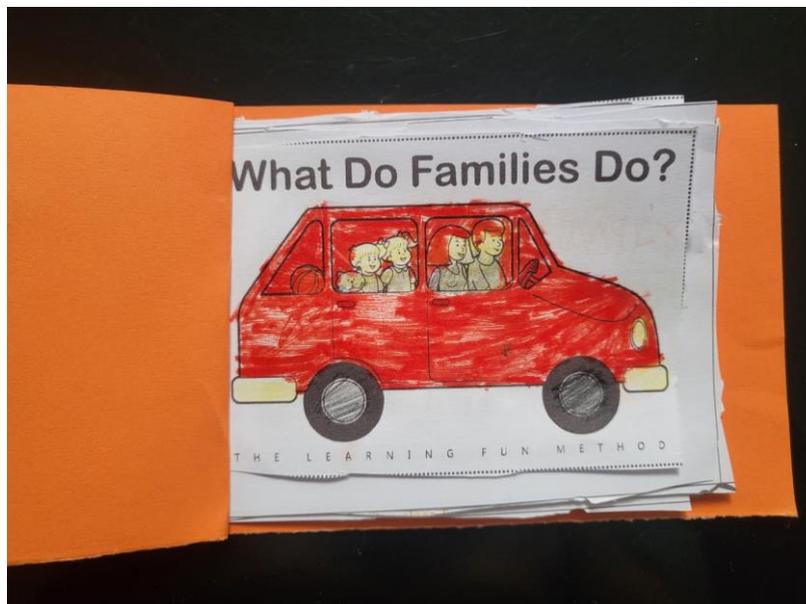
UZIEL, A. P. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

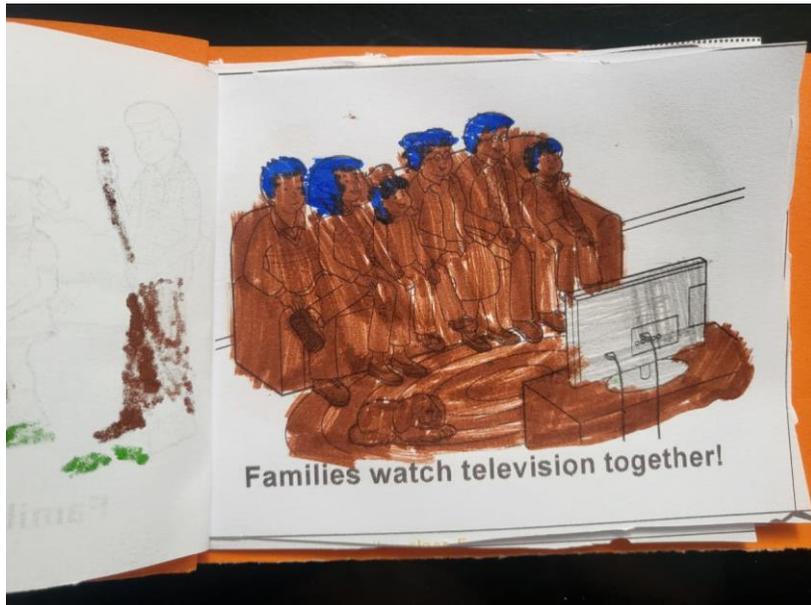
WAGNER, A. et al. Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 12, n. 1, p. 147-156, 1999.

ZAMBRANO, E. **Direito à homoparentalidade**: Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre: Vênus, 2006.

## ANEXOS

a) Imagens que ilustram atividades desenvolvidas na escola do meu filho.





**b) Roteiro de Entrevista utilizado com os pais**

- 1- Como foi sua vida incluindo esse período em que você passou a exercer a sua paternidade? Quando surgiu o desejo?
- 2 - Como foi à chegada do seu filho? Processo de adoção, barriga de aluguel, pais biológicos?
- 3- Como está sendo a sua vivência dentro da paternidade por serem membros de uma família homo? Você já vivenciou alguma situação na inserção do seu filho na escola?
- 4- Como os pais de outros alunos os enxergam como pai Homo?
- 5- Como foi a inserção e interação na escola com a sua família? E como seus filhos percebem essa paternidade?
- 6- Em sua opinião, como que a escola percebe essa configuração de família? Você sente que ela está preparada?
- 7- Sobre o calendário e festividades escolares acerca da família, você se sente contemplado?
- 8- Você percebe que a Diretoria da escola tem feito coisas para que essas diversas famílias possam se sentir à-vontade? Dentro da escola existem discursões sobre diversidade e diferença? Se você fosse o diretor dessa escola, como você organizaria a escola, o que você faria para essas famílias se sentirem acolhidas?

**c) Roteiro de Entrevista utilizado com Dimitri**

- 1- Quando você percebeu que era filho de um casal homo?
- 2- Como foi sua chegada à tua família?
- 3- Houve o dia D em que você percebeu que era filho de um casal homo?
- 4- Como é viver em uma família homoparental, você já vivenciou alguma situação desconfortável/ constrangedora na escola a cerca da sua família?
- 5- Como você percebia na escola os pais e alunos ao lidar com você no processo de socialização?
- 6- Como foi a inserção e interação na escola com a sua família?
- 7- Em sua opinião, como que a escola percebe essa configuração de família? Você sente que a escola está preparada?
- 8- Sobre o calendário e festividades escolares acerca da família, você se sentia contemplado?
- 9- Você percebe que as escolas têm feito coisas na direção de fazer de essas diversas famílias se sentirem à-vontade?

## d) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa trata sobre a percepção social acerca de pais homoafetivos que exercem a paternidade, e está sendo desenvolvida pelo professor titular do Departamento de Psicologia e da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes de León.

O fenômeno de gênero e suas possibilidades vêm sendo cada vez mais estudado na sociedade, tendo em vista que essa configuração familiar vem ganhando espaço e é importante que possamos tornar mais visível essa parcela da sociedade e garantindo seus direitos. Portanto, este estudo tem como objetivo investigar as percepções e as vivências dos pais com filhos matriculado na rede de ensino público ou privado. Ressalto que a pesquisa será apenas com pais homo (GAY). A participação nesta pesquisa pode gerar contribuições importantes para os estudos neste campo de pesquisa, uma vez que será possível entender como a sociedade percebe as pessoas pais homo que são, ao mesmo tempo, parte do corpo social. Esperamos que este estudo também possa contribuir para combater a exclusão social sofrida por este grupo.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa CCS/UFPA por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de nº <inserir numeração> e foi “APROVADO” por meio do Parecer <inserir numeração> de dd/mm/aaaa. Portanto, a presente pesquisa se compromete com o mínimo de danos e riscos aos seus participantes. Caso você se sinta incomodado(a) com os sentimentos que as perguntas possam suscitar, o pesquisador(a) estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário, em qualquer etapa da pesquisa. Também estão sendo disponibilizados todos os contatos, caso isso ocorra em momento posterior à aplicação do instrumento de coleta de dados.

Solicitamos, pois, o seu consentimento para que você possa colaborar, participando da pesquisa; assim como solicitamos sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área das Ciências Sociais e/ou em publicações em revistas científicas. Em qualquer circunstância, o nome do participante não será identificado, bem como não serão divulgados dados que possam lhe identificar.

Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo(a) pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo ou resolver, a qualquer momento, desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano ou qualquer outra situação que incorra em constrangimento.

É válido ressaltar ainda que a participação nessa pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro por parte do participante. E este último tomará nota de todas as informações contidas nesse documento.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para que eu participe da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

**Contatos do Pesquisador Responsável:**

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, seguem os contatos do pesquisador responsável, Jonas da Fonseca Santos.

Av: Pombal, 1301, AP 1202 – Manaira.  
CEP 58038-241  
João Pessoa, Paraíba.  
E-mail: jonas.fsantos@hotmail.com  
Fonte: (21) 98297-6952

**Contatos do Pesquisador (orientador) Responsável:**

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, seguem os contatos do pesquisador responsável, Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes de León.

Campus Universitário/ CCHLA/ Departamento de Ciências Sociais.  
Caixa Postal 5069  
CEP 58059-200  
João Pessoa, Paraíba.  
E-mail: adrianodeleon77@gmail.com  
Fone: (83) 3216-7141

**Contatos do Comitê de Ética em Pesquisa – Centro de Ciências da Saúde:**

Centro de Ciências da Saúde – 1º andar  
Campus I / Cidade Universitária  
CEP: 58.051-900  
E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br  
Fone: (83) 3216-7791

Obs.: O participante da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido termo.